UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

RENATA SOUZA DE LIMA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM ALAGOAS: uma revisão sistemática das produções científicas presentes no Repositório Institucional da UFAL entre os anos de 2015 e 2023

Maceió - AL
2024

RENATA SOUZA DE LIMA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM ALAGOAS: uma revisão sistemática das produções científicas presentes no Repositório Institucional da UFAL entre os anos de 2015 e 2023

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Mercado

Maceió - AL
2024

RENATA SOUZA DE LIMA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM ALAGOAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PRESENTES NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2023

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 23 de Outubro de 2024.

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIS PAULO LEOPOLDO MERCADO
Data: 23/10/2024 07:43:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Luís Paulo Leopoldo Mercado – Orientador

Examinador 1

Documento assinado digitalmente
gov.br
DANIELLA DE JESUS LIMA
Data: 23/10/2024 21:18:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Daniela de Jesus Lima

Examinadora 2

Documento assinado digitalmente
gov.br
WEIDER ALBERTO COSTA SANTOS
Data: 23/10/2024 11:58:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Ms. Weider Alberto Costa Santos

Examinadora 3

Maceió-AL

2024

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM ALAGOAS: uma revisão sistemática das produções científicas presentes no Repositório Institucional da UFAL entre os anos de 2015 e 2023

Renata Souza de Lima (UFAL)
rsouzalima51@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal analisar o tratamento dado à educação especial e inclusiva nas produções acadêmicas — incluindo trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses — elaboradas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) entre 2015 e 2023. Busca-se compreender o impacto dessas produções no desenvolvimento da Educação Inclusiva em Alagoas, considerando a influência de diferentes gestões governamentais sobre essas políticas e seu vínculo com o contexto mais amplo dos direitos humanos. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa, por meio de revisão sistemática de literatura, seguindo o Protocolo PRISMA. A análise dos resultados foi realizada utilizando o método de Análise Temática (Rosa e Mackedanz, 2021). Os resultados indicam que, embora tenha havido progresso em termos de políticas e pesquisas, ainda existem lacunas significativas na implementação prática de inclusão nas escolas.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Direitos Humanos. Revisão sistemática.

1 Introdução

A educação é um direito de todos e dever do estado, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. É um direito humano e fundamentado na Carta Magna do Estado Brasileiro. No entanto, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente no que concerne à educação especial e inclusiva e a aplicabilidade dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Profissionais de apoio, materiais adaptados, recursos que facilitem a aprendizagem de Pessoas com Deficiência (PcD), em muitos lugares, ainda estão

longe de ser uma realidade. Embora a Educação Especial seja, teoricamente, um campo novo de pesquisa, muitas leis já foram conquistadas, mas ainda há inúmeros obstáculos e falhas para que estas sejam, de fato, aplicadas nas instituições educacionais.

Conforme afirmam Calheiros e Fumes (2014, p. 250), o acesso ao ambiente escolar é apenas o passo inicial de um longo caminho a ser percorrido por pessoas público-alvo da educação especial – PAEE. Desta forma, é preciso “[...] também garantir a permanência, a aprendizagem e a qualidade dos serviços de ensino a todos os alunos, independentemente de suas características [...]”.

Há menos de dez anos, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, 2015, veio reafirmar o que consta na Constituição Federal (1988), que a educação é um direito de toda pessoa, inclusive de pessoas com deficiência, e dever do Estado proporcionar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e ao longo de toda a vida, de forma que esses sujeitos possam desenvolver habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de forma máxima e de acordo com suas características, interesses e necessidades.

No entanto, mesmo com tantos avanços no que concerne às políticas públicas, conhecimento acerca das deficiências e transtornos por parte da sociedade, formação de professores e escolas mais inclusivas, os caminhos a serem percorridos são longos e ainda se anda a passos lentos no que tange ao desenvolvimento de ações efetivas para o desenvolvimento da educação especial e inclusiva no estado de Alagoas e em todo o Brasil.

O estudo em tela tem como objeto a análise dos trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses desenvolvidas na Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2015 e 2023, abrangendo os governos Dilma Rousseff (2015-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023- atual. Ao final das análises, realiza-se um cruzamento das políticas de educação especial e inclusiva implementadas durante essas gestões. Esse recorte temporal viabiliza a possibilidade de compreender a influência de governos de esquerda, direita e centro nas políticas de inclusão e nas pesquisas sobre direitos humanos.

Além disto, esse estudo busca compreender a Educação Especial e Inclusiva em um viés de direitos humanos, uma vez que oportuniza enxergar a PcD, público-

alvo da educação especial, como um ser em sua inteireza, pois na história da humanidade, até pouco tempo, estes sujeitos não eram considerados um padrão de seres humanos, pois precisavam ser “consertados”, “corrigidos” e separados da sociedade civil, principalmente em manicômios, onde lá, muitas vezes, morriam (Jannuzzi, 1985).

Diante do exposto, o problema que norteia a referida pesquisa gira em torno do questionamento: como a UFAL está abordando a Educação Especial e Inclusiva em suas produções científicas?

O objetivo geral desta pesquisa visa compreender, de forma analítica, como a temática da Educação Especial e Inclusiva está sendo abordada pelos pesquisadores nas produções acadêmicas/científicas – TCC, dissertações e teses – da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e a importância dessas produções para a sociedade alagoana. Os objetivos específicos são: refletir sobre os conceitos de direitos humanos e educação especial e inclusiva; analisar a produção científica disponibilizada no Repositório Institucional da UFAL (RIUFAL): TCC, dissertações e teses, que tratam da Educação Especial e Inclusiva; reunir e identificar informações sobre as produções científicas analisadas; explicar como as ações da UFAL e de pesquisadores desta instituição, a partir de suas produções científicas acerca da inclusão de PcD, público-alvo da educação especial, são fundamentais para a sociedade alagoana.

Para tal propósito, realizamos uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa, através de uma revisão sistemática de literatura (RSL), na qual sua finalidade é esclarecer a forma como as informações foram coletadas e como suas conclusões podem gerar novos desafios científicos, nesse contexto, para a realidade da UFAL, buscando alcançar o objetivo proposto.

A relevância desse estudo está na possibilidade de verificarmos como a Educação Especial e Inclusiva em Alagoas está sendo realizada e aplicada, em um viés de direito humano e fundamental.

2 Direitos Humanos e Educação: uma relação intrínseca

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), promulgava mundialmente a Carta de Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, como resposta as atrocidades cometidas nas duas grandes guerras. “[...] O

cenário era violento e destruidor das capacidades e da dignidade humana, fazendo com que surgisse a necessidade de criar mecanismos superestatais de proteção da pessoa humana [...]" (Lima, 2021, p. 24).

Nessa perspectiva, Nozu *et al* (2017, p. 24) afirmam que "[...] os direitos humanos são aqueles essenciais ao gozo de uma vida com dignidade [...]", ou seja, são aqueles que representam legal e internacionalmente os direitos básicos do homem para que este possa viver com qualidade. Além disto, essa gama de direitos sugerem uma cultura de paz e de não violência entre os povos, considerando que todo ser humano, ao nascer, já é livre para viver e escolher o que lhe convém, desde que esteja dentro dos parâmetros legais de cada Estado que pertence.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em seu artigo 13, considera que a educação deverá ser responsável pelo desenvolvimento humano e de sua personalidade, além de respeitar a diversidade e a liberdade humana.

Nesse contexto, o Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante a assembleia geral da ONU de 1948. No entanto, foi somente a partir do processo de redemocratização do país, em meados de 1985, que o Brasil passou a homologar tratados internacionais de direitos humanos (Piovesan, 2009, p. 12). "[...] A partir dessa ratificação, inúmeros outros importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos foram também incorporados pelo Direito brasileiro, sob a égide da Constituição Federal de 1988 [...]".

Assim, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante na concretização da Declaração Universal dos Direitos Humanos no Brasil, sendo a Carta que mais contemplou políticas públicas para os cidadãos brasileiros. Segundo Piovesan (2009), a Constituição de 1988 foi inovadora e essencial para a proteção dos direitos humanos no país. Nesse contexto, a educação é vista como um direito humano – garantido internacionalmente – e um direito fundamental – assegurado nacionalmente pela Constituição Federal.

Nessa perspectiva, a luta coletiva pelos direitos humanos foi crucial para o fortalecimento do princípio da educação para todos, com base nas liberdades individuais. A educação, como uma prática libertadora, se posiciona contra os

regimes opressivos, buscando combater todas as formas de violência contra a pessoa humana, incluindo a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, como o direito à educação. Essa luta foi essencial para “[...] a construção de uma identidade regada pela pluralidade de significados em torno da formação do ser humano [...]”, corroborando com a “[...] luta das pessoas com deficiência, como sujeitos representativos dessa pluralidade sendo, portanto, passos importantes para a consolidação do direito a educação enquanto ferramenta para a inclusão [...]” (Silva, 2018, p. 53).

A educação, enquanto direito, possibilita o acesso a outros direitos fundamentais (Caiado, 2007). Por sua importância, "[...] passou a ser reconhecida e disseminada, no âmbito do ordenamento jurídico internacional, como um direito humano [...]" (Nozu *et al*, 2017, p. 23), e “[...] o seu desprezo traz consigo a negação de outros direitos e a perpetuação da pobreza [...]” (Sacavino, 2007, p. 459 *apud* Nozu *et al*, 2017, p. 24). Neste artigo, buscamos destacar como a Educação Inclusiva vem sendo abordada e garantida nas políticas públicas educacionais brasileiras, com base nos direitos humanos, considerando o papel significativo que a UFAL desempenha nesse contexto.

Desta maneira, enquanto um direito básico, a educação se configura como um princípio de dignidade humana, sendo um direito de todo cidadão, independentemente de sua condição física, intelectual ou de saúde. Além disto, é assegurado, nos parâmetros legais nacionais e internacionais, que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, de forma a garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os sujeitos ao longo de toda a sua vida (Brasil, 2015).

Portanto, a educação, na perspectiva da “[...] inclusão passa a ser considerada como um ‘direito humano emergente’ [...]” (Nozu *et al*, 2017, p. 27), que, embora tenha evoluído a partir da Constituição Federal de 1988, com novos direcionamentos acerca da educação especial e inclusiva, em uma perspectiva diversa, foram sendo traçados, principalmente em relação à positivação dos direitos humanos.

3 A Educação Inclusiva Enquanto Política Pública

Em 1980 a ONU instituiu o “ano das pessoas com deficiência”, acarretando lutas por todo o mundo pelos direitos sociais, políticos e civis desses sujeitos, inclusive no Brasil. Nesse processo, em 1988 a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, vem para fundamentar os direitos sociais previstos na Declaração dos Direitos Humanos e pelos processos de lutas.

Mas é somente a partir dos anos de 1990, a nível mundial, que se fala em educação inclusiva como uma proposta que “[...] convoca as escolas a adotarem estratégias para satisfazer a diversidade de necessidades, características, interesses, habilidades e potencialidades de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas etc. [...]”. (Nozu *et al*, 2017, p. 27).

Já no Brasil, foi somente a partir do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 – que vinha com um discurso de valorização dos trabalhadores e de condições de acesso à cidadania para os mais pobres –, que começaram algumas ações que seriam fundamentais para a educação especial e inclusiva como vemos hoje. Pode-se observar que

> as seguintes ações foram ora anexadas, ora criadas: FUNDEB, Pro-infância, Ensino Fundamental de nove anos, Provinha Brasil, Programas de apoio ao Ensino Médio, Luz para todos, Educacenso, Prova Brasil, PDE-Escola, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas, Olimpíadas Brasileiras da Língua Portuguesa escrevendo o futuro, Mais Educação, Caminho da Escola, PNATE, Pró-escola, Proinfo, Biblioteca na Escola, Saúde na escola, Olhar Brasil, **Educação Especial**, Brasil alfabetizado, PNLA, Proeja, Projovem campo, Brasil profissionalizado, IFET, E-TEC Brasil, Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, Piso Salarial do magistério, Sistema Nacional de Formação de Professores, Pripid, UAB, Pró-letramento, Pró-funcionário, Expansão do Ensino Superior, dentre outros. (Santos, 2011, p. 11) (grifos nossos).

Nesse sentido, é possível observar que foi apenas recentemente, na história da educação do Brasil, que houve uma preocupação efetiva com a educação especial (sem citar a perspectiva inclusiva ainda), sendo fruto de muitas lutas sociais da classe trabalhadora “[...] que viram nele um meio de participação na vida econômica, social e política [...]” (Cury, 2002, p. 253). Desta forma, a educação se configura como um direito básico para o acesso à cidadania e à dignidade humana.

No entanto, é preciso ressaltar que “[...] mais que estar na escola, esse alunado precisa interagir com os demais colegas e participar das atividades desenvolvidas no ambiente da sala de aula e demais espaços escolares, bem como aprender, com suas potencialidades e limitações [...]” (Nozu *et al*, 2017, p. 31), uma vez que não basta a presença de alunos com necessidades específicas e/ou público-alvo da educação especial em salas de aula comuns, como garantem as atuais políticas públicas brasileiras, é preciso que todos sejam tratados de forma equitativa e que as escolas possam “[...] se modificar para atender à heterogeneidade dos educandos [...]” (Nozu *et al*, 2017, p. 27).

É acerca dessa visão que, anterior a isto, Ribeiro (2003, p. 41) já salientava que “[...] a perspectiva da inclusão exige o repensar das condições da prática docente e de suas dimensões, bem como de suas repercussões na organização curricular e na avaliação [...]”. Assim, embora muitas conquistas venham acontecendo, como atendimento aos estudantes com deficiência na escola comum, é preciso não apenas garantir que esses alunos sejam matriculados, que frequentem a sala de aula junto com crianças neurotípicas[1], que estejam na escola, mas é preciso que esses sujeitos estejam munidos de recursos financeiros, humanos e pedagógicos que favoreçam sua inclusão no meio escolar e na “[...] promoção do desenvolvimento e aprendizagem de todos [...]” (p. 49).

4 Quando a Educação Especial passa ser Inclusiva no Brasil?

Pode-se dizer que a resposta para tal questionamento deve ser suscinta: com a nova Política de Educação Especial de 2008. É essencial compreender do que se trata uma política pública e sua importância para a modificação de um sistema. No caso da educação, conforme aponta Santos (2011, p. 1), “[...] as políticas públicas podem ser representadas pelas leis, pelo planejamento, pelo financiamento e pelos programas educacionais que falam de um movimento/ação do Estado [...]”, ou seja,

[1] “[...] são [pessoas] que não possuem atrasos linguísticos, motores ou cognitivos em relação a sua faixa etária” (Santos e Araújo, 2020, p. 2). SANTOS, Luana de Jesus; ARAÚJO, Vanderlon Santana de. O PAPEL DO PROFESSOR NA CONVIVÊNCIA DE ALUNOS NEUROTÍPICOS COM ALUNOS DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Cadernos Macambira**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 314–323, 2021. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/612. Acesso em: 11 nov. 2024.

todas as ações que o Estado brasileiro fez e faz em relação à educação, são políticas públicas.

É nessa perspectiva que Cury (2002, p. 247) salienta que “[...] todo o avanço da educação escolar além do ensino primário foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais [...]”.

Ao compreender o conceito de políticas públicas e que grande parte das políticas educacionais para a educação foram fruto de lutas sociais, principalmente no período da ditadura militar, passa a ser mais perceptível entender como a educação especial passa a ser inclusiva.

Muito anterior a Política Nacional de 2008, a exemplo do Decreto-Lei nº 5.691/1971[2] e da Lei nº 7.044/1982[3], a educação especial no Brasil apresentava um caráter segregador e seguia um modelo médico de avaliação, seleção, orientação e atendimento aos estudantes com deficiência (Jannuzzi, 1985; Loureiro, Silva, 2021), tratando da educação desses sujeitos como escolarização dos “excepcionais”, de forma a integrá-los na comunidade escolar – ainda que em escolas especiais. Desta forma, a nova política da época veio para propor uma Educação Inclusiva na qual os sujeitos e a sociedade em geral compreendessem que

> [...] não se trata mais de simplesmente tolerar o diferente, mas de entrar numa relação de verdadeira troca em que se reconheça que ambas as partes têm a ganhar com os frutos dessa relação [...] (Santos, 2002, p. 111).

Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 a educação especial ganha um novo caráter: deixa de ser substitutiva e passa a ser complementar ou suplementar (isto é, auxilia o aluno a transpor barreiras que o impede de aprender ou enriquece o currículo daquele sujeito que apresenta grandes habilidades) e transversal, perpassando por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, assumindo um papel crucial para a eliminação de barreiras exclusivistas na estrutura do sistema educacional brasileiro.

5 Metodologia

[2] Este Decreto-Lei estabelecia diretrizes para a educação especial, mas ainda promovia a ideia de escolas e classes separadas para alunos com deficiência.
[3] Tal qual o Decreto-Lei de 1971, Essa Lei também reforçava a segregação ao prever a criação de classes e escolas especiais, sem considerar a inclusão no ensino regular.

O estudo em tela tem a pretensão de realizar uma pesquisa quanti-qualitativa. Esse tipo de pesquisa tem sido centro de muitos debates acadêmicos nas ciências humanas, pois visa superar a dicotomia entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa enquanto metodologia científica.

De acordo com Souza e Kerbauy (2017, p. 40), as abordagens quantitativa e qualitativa estão interrelacionadas e consideram que quando "[...] segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada [...]". Assim, as mesmas devem ser utilizadas de forma complementar, conforme apontam Minayo e Sanches (1993, p. 246), "[...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa [...]", enriquecendo as discussões finais e "[...] possibilitando uma análise estrutural do fenômeno com métodos quantitativos e uma análise processual mediante métodos qualitativos [...]" (Schneider *et al*, 2017, p. 570).

Desta forma, considerando o objeto desse estudo, buscou-se realizar uma Revisão Sistemática de Literatura da produção científica no RI/UFAL, entre o período de 2015 a 2023 seguindo o Protocolo PRISMA[4]. A busca irá incluir TCC, dissertações e teses defendidas no período, com a finalidade de analisar quais fatores interferem e/ou propiciam a implementação de ações de inclusão educacional.

Dentre as variáveis analisadas, destacam-se aspectos relativos à acessibilidade ao RI/UFAL, tecnologia virtual e questões relacionadas ao acesso aos trabalhos incluídos no repositório. Ademais, é importante ressaltar que apenas em novembro de 2016 é que houve uma política interna de regulamentação da informação do RI/UFAL, conforme a Resolução nº 45/2016 CONSUNI/UFAL[5], antes de isso toda parte de produção científica ficava arquivada na Biblioteca Central ou nas bibliotecas setoriais dos departamentos de cada curso.

Com o objetivo de compreender a inclusão educacional dessas pessoas em Alagoas, analisaremos como a educação especial e inclusiva, sob a perspectiva de

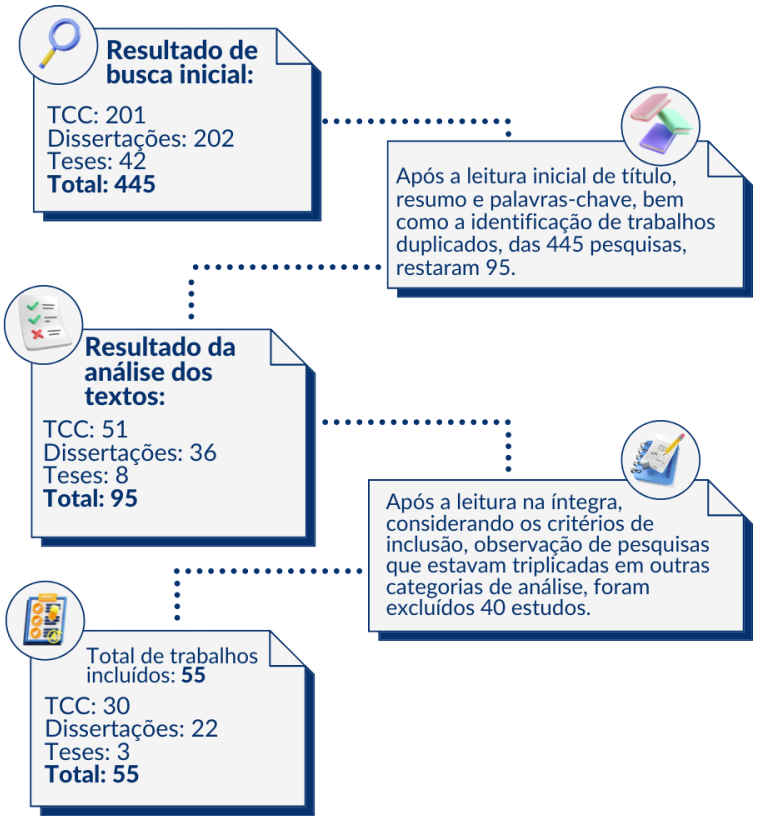
[4] Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-analises (PRISMA).
[5] Que regulamenta a política de informação do RI/UFAL. Acesso em 01 de agosto de 2014, disponível em: https://sibi.ufal.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/NORMAS_DOCUMENTOS_RES_45_2016_CONSUNI_UFAL_-POL%C3%8DTICA-DE-INFORMA%C3%87%C3%83O-RIUFAL.pdf.

direito humano e fundamental, está sendo abordada nas produções acadêmicas da maior universidade pública do estado.

Como estratégia de busca, realizamos, inicialmente, uma busca avançada na opção **tipo de documento – Trabalho de Conclusão de Curso** da plataforma. Os descritores utilizados para a busca, a partir de um mapeamento terminológico, foram: “direitos humanos”; “educação especial”; “educação inclusiva”. Filtramos a data de publicação entre os anos de 2019 e 2023, e a busca no Campus Aristóteles Calazans Simões (A. C. Simões). A mesma estratégia de busca foi realizada para o **tipo de documento – Dissertação** e o **tipo de documento – Tese**. No rastreio foram encontrados um total de 201 (duzentos e um) TCC, 202 (duzentas e duas) dissertações de mestrado e 42 (quarenta e duas) teses de doutorado.

Os resultados colhidos a partir da seleção do material, foram sistematizados na Figura 1:

Figura 1: Fluxograma da Seleção das Pesquisas



Fonte: a autora (2024).

Em um primeiro momento, após a busca na base de dados anteposta, foram lidos os títulos dos documentos encontrados, logo após, considerou-se a leitura dos resumos e palavras-chave, afim de identificar os critérios de inclusão na coleta dos dados, restando 95 (noventa e cinco) trabalhos, entre estes, 51 (cinquenta e um) TCC; 36 (trinta e seis) dissertações de mestrado; e 8 (oito) teses de doutorado. Os critérios de exclusão se deram a trabalhos que não se enquadravam dentro das categorias pesquisadas, tais quais: “direitos humanos”, “educação especial”, “educação inclusiva”; principalmente de *direitos humanos*, uma vez que, nesta categoria o estudo precisava estar relacionado com a educação inclusiva e/ou especial; na categoria de *educação inclusiva*, o estudo necessitaria estar relacionado com a educação especial, tendo em vista que a educação inclusiva é ampla e se refere à uma gama de circunstâncias sociais, culturais e pessoais. Trabalhos duplicados também foram exclusos.

Em um segundo momento, observam-se a coerência dos trabalhos, a qualidade metodológica, os resultados alcançados e a conclusão, com a finalidade de constatar se estão em consonância com as categorias de análise fundamentais para a inclusão neste estudo. A seleção dos materiais ocorre de forma independente pela pesquisadora do referido estudo.

Assim, foram definidos 55 (cinquenta e cinco) trabalhos para a realização da análise e discussão das categorias elencadas, sendo eles: 30 (trinta) TCC, 22 (vinte e duas) dissertações de mestrado e 3 (três) teses de doutorado.

Para a obtenção dos resultados, foi empregada a Análise Temática (AT) (Rosa e Mackedanz, 2021) como método de análise, devido à grande quantidade de material. Esse método oferece ao pesquisador maior flexibilidade e facilidade no gerenciamento de grandes volumes de dados.

A AT trata-se também de um

> [...] método ‘contextualista’, localizado entre os dois polos do essencialismo e construtivismo (...). Portanto, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície da ‘realidade’ [...]. (Braun e Clarke, 2006, p. 7-8 *apud* Rosa e Mackedanz, 2021, p. 11).

Nesse contexto, a discussão dos achados foi organizada em dois principais tópicos de análise: “Desafios e Potencialidades da Inclusão Educacional de Pessoas

com Deficiência” e “Capacitação Docente para uma Educação Especial e Inclusiva”. As categorias temáticas serão apresentadas ao longo do texto.

6 Resultados e Discussões

O Quadro 1 mostra exibe todos os estudos selecionados, organizados cronologicamente e por categorias – TCC, dissertações e teses. Ele inclui também os títulos, autores, ano de publicação, objetivo geral e principais resultados encontrados pelos autores.

Quadro 1: Material selecionado e seus principais resultados

Título	Autor(es), ano, tipo de trabalho	Objetivo	Principais Resultados
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC			
O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas (NAC/UFAL) em foco	Paulo Ferreira da Silva; TCC, 2018.	Abordar a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência em instituições de ensino superior, mais precisamente, em universidades públicas, enfatizando o trabalho desenvolvido pelo NAC/UFAL.	O autor declara que com o estudo foi possível concluir que o acesso com qualidade ao ensino superior para a PcD no Brasil não está totalmente concretizado. Ainda há um longo percurso para se chegar ao patamar preconizado pelas convenções internacionais. Os desafios para exterminar as barreiras são muitos e os recursos são poucos para o que se tem a construir para o bem-estar das PcD.
O aluno surdo na aula de matemática: como deve ser a conduta do professor	Ariel Santos da Silva, TCC, 2018.	O objetivo central deste trabalho é responder à seguinte pergunta: Como deve ser a conduta do professor de Matemática na educação do aluno surdo no contexto da educação inclusiva?	A oferta da educação especial e seus serviços em algumas escolas é um avanço, mas ainda não abrange todo o público alvo e ainda ocorre de forma desintegrada do ensino regular. Desta forma, o autor conclui que para ensinar qualquer aluno, no contexto da educação inclusiva, deve-se considerar as características de cada um dos alunos ao planejar as aulas. Além disso, o professor deve ter o entendimento de que a inclusão dos alunos depende de um trabalho em equipe e que ele tem uma função de agente principal no aprendizado em sala de aula por ser aquele que tem o conhecimento da disciplina e ser o responsável por garantir o aprendizado de seus alunos.
A política de educação especial (PEE): uma reflexão sob a ótica do direito à inclusão e a	Claudeneide Maria França de Lima e Flávia Maria da Silva; 2019,	Realizar um breve estudo sobre a Política de Educação Especial, com ênfase no direito à educação inclusiva da pessoa com	As autoras inferem que houveram avanços, em termos legais, para a educação inclusiva, contudo sua exequibilidade, na direção a cidadania das pessoas com deficiência intelectual, ainda tem um longo percurso a ser

contribuição do serviço social	TCC.	deficiência intelectual, na perspectiva de sua inserção ao sistema regular de ensino.	trilhado, o que exige do Estado a destinação de fundos públicos para a viabilização dos recursos materiais e humanos para tal finalidade.
A importância da formação humana dos professores na/para Educação Inclusiva	Andrezo Correia dos Santos e Valquíria Nascimento Lima; TCC, 2019.	Analisar a importância da formação humana do professor em uma perspectiva inclusiva e integradora, tenho em vista as dificuldades e obstáculos dos docentes frente a educação inclusiva, refletindo acerca dos valores e relações humanas formativas que deveriam ser integradas da profissão docente.	Fica claro que os desafios para a preparação dos professores para a atuação com alunos com necessidades específicas no Brasil são inúmeros, seja pela falta de valorização da área, lacunas de ensino, falta de recursos para a efetivação de direitos basilares das pessoas com deficiência e, sobretudo, pelos entraves e barreiras impostos na forma de competências e habilidades limitadas e limitadoras pelas diretrizes que norteiam os cursos de pedagogia e licenciatura. Além disso, percebemos que a formação humana do professor é um princípio ímpar quando desejamos uma inclusão que possibilita “o lugar de pertencimento de todos os sujeitos em sua singularidade” como nos ensina, Alves em suas diversas obras (2009; 2015; 2016).
A inclusão de estudantes com deficiências no ensino superior: avanços e desafios	Eliene Francisca da Silva, Lucilayne Mendonça de Almeida; TCC, 2019.	Ressaltar aspectos acerca da inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior, procurando perceber os meios de acessibilidade e permanência, fundamentadas na Política da Educação Especial.	As autoras evidenciam que houve um destaque para o crescente número de alunos com deficiências no ensino superior, principalmente pela instituição do curso de Letras-Libras em todas as universidades federais do Brasil desde o ano de 2014, evidenciando esta última como uma das maiores conquistas dos últimos anos para as PcD. Além disto, as autoras destacam que não basta que as PcD acessem à universidade, é necessário que haja políticas de permanência para este público.
Prática docente na	Juliane Barbosa Duarte	Trazer reflexões sobre os	As autoras afirmam que a educação brasileira ainda se

inclusão de crianças autistas: uma educação para todos(as)	Soares, Maria Claúdia Tenório de Oliveira Guimarães; TCC, 2019.	desafios de uma educação inclusiva, exclusivamente no que diz respeito ao autismo e ao papel do professor nesta inclusão, visto que este é o mediador e figura central no processo de ensino aprendizagem.	constitui de forma a rotular os alunos e alunas em "normais" e "anormais", "fortes" e "fracos". Diante disso, é necessário que a escola e o professor olhem para criança com autismo, ou com outra deficiência, e a veja como um sujeito capaz de aprender e construir a sua identidade.
Desafios da inclusão na rede municipal de educação de Maceió	Mirian Patrícia de Albuquerque Ferreira; TCC, 2019.	Analisar os desafios que a rede municipal de ensino de Maceió tem enfrentado para tornar a educação de fato inclusiva em suas instituições.	A autora afirma que, a partir da pesquisa realizada, pode confirmar que o município de Maceió, embora tenha um aparato de leis muito grande a respeito do tema de inclusão, os mesmos ainda não são aplicados integralmente nas instituições de ensino, além da não formação continuada (ou da má formação) dos professores e do não conhecimento dos civis acerca dos direitos das pessoas com deficiência à educação inclusiva.
Gamificação na educação especial: jogos digitais e não digitais no ensino-aprendizagem de estudantes autistas	Mirella Cristina Silva dos Santos e Rita de Cássia de Oliveira Lima; TCC, 2020.	Investigar se a escola tem utilizado (ou não) a gamificação no ensino-aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo que reverberaram professores dos anos iniciais de uma escola pública municipal da cidade de Maceió – AL.	Os resultados apontam que os professores reconhecem a gamificação como um recurso potencial para o trabalho com estudantes autistas. Para os docentes, os jogos digitais contribuem de maneira significativa no ensino-aprendizagem dos sujeitos com TEA. No entanto, a pesquisa revelou, pelo que reverberaram os professores, a falta de apoio nas atividades realizadas com os alunos especiais e a não oferta de formação continuada nas áreas de tecnologias digitais e gamificação, o que segundo os professores, contribuem para que eles não utilizem os jogos digitais em suas práxis. Bem como, apontam que problemas de estrutura física e a carência de profissional

			especializado para atendimento aos especiais, dificulta a utilização de metodologias que contemplem a gamificação e os jogos digitais na escola.
Influência do exercício físico no tempo de engajamento em tarefas acadêmicas de criança com transtorno no espectro do autismo: um estudo de caso	Reginaldo de Lima Santos; TCC, 2020.	Identificar a influência de um programa de exercício físico no tempo de engajamento em atividades acadêmicas de crianças com TEA inseridas no contexto da educação infantil inclusiva.	Os resultados demonstraram efeito positivo do programa de intervenção com exercício físico (PEFaut) no aumento do tempo de engajamento da criança com TEA em tarefas acadêmicas na educação infantil: a) construir uma bola com massa de modelar, b) riscar ou rabiscar com giz de cera em uma folha A4 e c) realizar colagem de bolinhas de papel em folha A4. A partir dos resultados pode-se concluir que o modelo de intervenção, baseado em exercícios de coordenação, força e equilíbrio (PEFaut) parece promissor para o aumento do tempo de engajamento da criança em idade pré-escolar com TEA quando aplicado como antecedente das tarefas acadêmicas.
Influência do exercício físico na redução dos comportamentos estereotipados de criança com transtorno do espectro do autismo: estudo de caso	Felipe de Gois Cardoso; TCC, 2020.	identificar a influência de um programa de exercício físico no perfil de CE ou auto estimulatórios de uma criança com TEA, inserida no contexto da educação infantil inclusiva.	Os resultados encontrados revelam efeito positivo da influência de um programa de intervenção com exercício físico (PEFaut) na redução dos CE ou auto estimulatórios da criança com TEA e possível aumento do tempo de engajamento do escolar em atividades escolares, organizadas da seguinte forma: a) construir uma bola com massa de modelar, b) riscar ou rabiscar com giz de cera em uma folha A4 e c) realizar colagem de bolinhas de papel em folha A4. Pode-se concluir que o modelo de intervenção baseado em exercícios de coordenação, força e equilíbrio (PEFaut) parece promissor no que diz respeito a influência do exercício físico moderado na redução dos CE ou auto estimulatórios de criança com TEA em idade

			pré-escolar quando aplicado anteriormente as atividades escolares de rotina da criança.
A colaboração da educação musical para crianças com transtorno e déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)	Dayane Regina Silva Oliveira; TCC, 2020.	Compartilhar como a musicalização pode colaborar na melhora/ desenvolvimento desses portadores de TDAH.	constatou-se que, apesar do crescente número de trabalhos voltados para a educação musical e educação inclusiva, poucos trabalhos tratam especificamente do TDAH, e um grupo muito pequeno de pesquisadores tem se dedicado a este tema. Há uma certa dificuldade no acompanhamento desses alunos e é totalmente compreensível, a troca de informações entre a escola e as famílias da criança é muito difícil.
Contribuições dos jogos cooperativos e esportes coletivos para o desenvolvimento de habilidades sociais e pedagógicas em crianças com transtorno do espectro autista	Luiz Eduardo Vieira da Silva; TCC, 2020.	Investigar como os esportes coletivos e jogos cooperativos podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e pedagógicas em crianças com Transtorno do Espectro Autista.	Os resultados da pesquisa demonstraram que a socialização é uma das principais áreas de déficit em crianças como autismo, logo os professores podem ficar angustiados e confusos acerca de quais estratégias de ensino podem ser utilizadas para desenvolver as habilidades sociais das crianças, neste sentido, os resultados observados é que os jogos cooperativos e esportes coletivos podem estimular essa inserção no meio social, contribuindo para a sua comunicação e consequentemente em sua aprendizagem, já que sua autoestima e seu conhecimento como sujeito que pertence ao grupo vão favorecer no processo da aquisição pedagógica.
Inclusão escolar das crianças com deficiências na educação infantil: o que	Celiana Ana dos Santos e Thayná Virgínia da Silva; TCC, 2021.	Refletir sobre o cenário das pesquisas que retratam do processo de inclusão escolar na Educação Infantil nos últimos	Os resultados apontam que há necessidade de aprofundamento na discussão das condições de trabalho, valorização e formação dos profissionais da educação e de apoio à inclusão, bem como nas temáticas referentes aos

as pesquisas apontam?		anos.	recursos e serviços de acessibilidade, como por exemplo, tecnologia assistiva e comunicação aumentativa alternativa, bem como a escassez de investimento para chegarmos a uma educação totalmente inclusiva, capaz de atender as necessidades especificas de cada uma das crianças e incentivar a inclusão das que ainda não tem acesso às creches.
A inclusão escolar no ensino fundamental: o planejamento docente em tempos de pandemia da Covid-19	Daniela Silva dos Santos e Lísia Vanessa da Silva Rodas; TCC, 2021.	Investigar como o planejamento docente tem garantido o direito à educação aos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) no contexto das atividades não-presenciais em razão da Pandemia da Covid-19 no Brasil.	Os resultados apontaram que diante da fragilidade da educação inclusiva no município, o planejamento docente não tem garantido o direito de aprender aos estudantes PAEE no contexto das atividades remotas.
Educação especial: formação de licenciados e metodologias alternativas para o ensino de química	Ellen dos Santos Silva Barros; TCC, 2021.	O objeto de estudo deste trabalho consiste na disponibilização da disciplina de Educação Especial e/ou Inclusiva nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Química Licenciatura em Universidades Federais e a criação de uma cartilha com metodologias pedagógicas.	A análise dos PPCs observou que lacunas na formação docente e a abordagem da inclusão nesses cursos. Após essas observações, acredita-se que a confecção de uma cartilha didática seria interessante para auxiliar o professor na sua prática profissional e promover a aprendizagem.
Breve reflexão sobre a educação de surdos do ensino fundamental na	Cibelle Adna de Oliveira Mesquita; TCC, 2021.	Refletir sobre a efetividade do processo de educação de surdos do ensino fundamental na cidade	O estudo aponta que o problema não está somente na falta de legislações específicas para esses sujeitos, na também na conformidade da população seja por não buscar

cidade de Maceió		de Maceió, tendo como parâmetro de apreciação a política educacional de inclusão, projetada na aquisição da linguagem e na existência e efetividade dos equipamentos sociais destinados ao atendimento à criança surda em Maceió, buscando na trajetória histórica as nuances dos direitos adquiridos legalmente e sua efetividade na vida do público em questão.	informações, não haver maior disseminação da Libras, tornando-a disciplina obrigatória nas instituições de ensino, ou resistência a solidarizar-se com o outro, retornando à elevação dos interesses individuais em detrimento dos que beneficiem a coletividade.
Tecnologias assistivas: um olhar sob perspectiva da complexidade e das práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas	Rosane Batista de Souza; TCC, 2021.	entender a relação entre as Tecnologias Assistivas e a Inclusão na Educação Mediadas pelas TDIC.	As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) associadas às Tecnologias Assistivas (TA), no contexto da inclusão em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, possibilita o melhoramento das ferramentas de software. Esse auxílio de software se faz essencial para pessoas com deficiências específicas (pessoas com deficiência visual, pessoa surda, entre outros).
Formação docente e educação inclusiva: com a palavras, estudantes de Letras da UFAL	Karine Maria dos Santos Almeida Silva; TCC, 2022.	investigar o papel da formação docente na perspectiva inclusiva para graduandos de Letras da UFAL.	concluímos que os colaboradores construíram saberes sobre a educação de pessoas com deficiência e, também, se sentiram mais confiantes, abertos e disponíveis às experiências formativas futuras com esses alunos. Além disso, os dados revelam lacunas na formação docente inicial e ressaltam a importância de práticas educacionais mais acessíveis e anticapacitistas para a nossa sociedade.

O estado do conhecimento de pesquisas sobre o ensino de geografia na educação especial inclusiva	Emanoela Carlos Damasceno e Thaiany Suellen Amorim da Silva; TCC, 2022.	Realizar um estudo do tipo estado do conhecimento, onde será feita a descrição da produção acadêmica e científica sobre o tema proposto, isto é, educação especial e inclusiva no ensino de geografia.	Os resultados encontrados a partir do mapeamento indicam que as pesquisas no Ensino de Geografia com ênfase na Educação Inclusiva vêm sendo realizadas com alguma regularidade ao longo dos últimos anos, no entanto percebe-se que tais investigações abordam metodologias pedagógicas que atendem deficiências específicas, como a visual em primeiro lugar e a surdez em segundo lugar. Por outro lado, apesar do número de trabalhos aqui investigados ser considerado relevante, vale destacar que não se obteve êxito quando a busca foi realizada na plataforma SciELO, o que possivelmente denota uma carência de pesquisas nesta área.
Acessibilidade em sites de bibliotecas universitárias do Estado de Alagoas	Wagner Cristian dos Santos e Djalba Joaquim dos Santos; TCC, 2022.	Estudar a acessibilidade nos sites das Bibliotecas Universitárias das Instituições de Ensino Superior públicas do estado de Alagoas.	A amostra foi composta pelos sites das Bibliotecas Universitárias da UFAL, Universidade Estadual de Ciências da saúde do Estado de Alagoas e Universidade Estadual de Alagoas. Os sites pesquisados não estão dentro dos padrões desejáveis de acessibilidade, mas, já se pode observar algumas iniciativas neste sentido. É possível concluir que cabe a estas instituições vislumbrarem e implementarem estratégias que possibilitem que as portas de acesso ao conhecimento, seja no meio tradicional ou virtual, estejam sempre abertas para receber as pessoas com deficiência.
O uso dos recursos informacionais da sala de leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly	Veronilda Cerqueira Lima; TCC, 2022.	Investigar o uso dos recursos informacionais da sala de leitura da Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly.	De acordo com a autora, conforme aponta a pesquisa, percebeu-se que nem todos os alunos participantes da pesquisa têm conhecimento acerca da sala de leitura e os que têm conhecimento, necessitam de agendamento para o uso dos recursos disponíveis (leitura em áudio, leitura em

			Braille e acesso ao computador para a pesquisa).
O plano educacional individualizado como aliado no ensino de estudantes com autismo	Lucineide Omena Gomes; TCC, 2022.	Investigar respostas atuais de como se está conduzindo o ensino individualizado nas escolas da rede municipal de Maceió através do uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) ou outros meios semelhantes.	O resultado foi que, a depender da qualificação do professor, ele pode ter uma inclinação a se aprofundar mais em ferramentas e metodologias que amparam melhor sua prática pedagógica na inclusão do estudante com autismo. Outro ponto evidenciado é a necessidade de demonstração das vantagens e o incentivo do uso dessa forma de planejamento pelos professores da sala de aula regular. Percebeu-se então a carência de maior divulgação sobre o PEI. Neste sentido, o estudo pretende encorajar aos pesquisadores, futuras investigações dos procedimentos da elaboração do PEI, principalmente concernente a uma melhor articulação entre a família do aluno com TEA, os educadores e os terapeutas envolvidos, assim como quais empecilhos para sua implementação e as possíveis soluções.
Educação inclusiva no ensino fundamental anos iniciais no município de união dos palmares: desafios e avanços	Larissa Nayane dos Santos Silva; TCC, 2022.	Conhecer os desafios e avanços ocorridos na oferta da educação inclusiva no ensino fundamental, anos iniciais.	Os dados apontam os seguintes desafios na educação inclusiva: A insegurança dos pais ao matricular o filho com deficiência, a falta de formação de pessoas para melhor compreensão sobre o processo de inclusão, a comunicação da pessoa com deficiência e a turma, a não aceitação dos pais ao ter um filho deficiente[6] e a alfabetização das crianças com deficiência por falta de incentivo das famílias para frequentar as aulas. Os avanços percebidos foram: Execução das Leis que tratam de inclusão da pessoa com deficiência, evolução em ações

[6] Escrita da própria autora.

			que não conseguiam realizar antes de frequentar as aulas, inclusão social e profissionais para fazer acompanhamentos específicos na educação inclusiva, mesmo com a ausência de uma política de formação continuada, os profissionais que atuam no contexto das salas de aulas buscam junto com o Núcleo, a superação das dificuldades profissionais especificas, conseguindo um trabalho possível dentro dessa realidade existente.
Educação inclusiva: conhecendo os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	Gabriela Vilela Berto e Jaciara Ingrid Souza da Silva; TCC, 2023.	Conhecer os desafios ainda presentes na implementação da Educação Inclusiva relacionados aos indivíduos com o TDAH.	As autoras destacam que adequação constante das práticas pedagógicas e a promoção de uma cultura inclusiva demandam um esforço conjunto, envolvendo todos os agentes educacionais e que investir em profissionais de apoio e criar espaços de Atendimentos educacionais especializados (AEE), são estratégias-chave para superar as resistências e garantir um avanço progressivo em direção à verdadeira inclusão, com os alunos com Transtorno do Déficit de Atenção.
Educação de surdos: os desafios históricos para a efetivação de direitos sociais da população surda	Luiz Eduardo Pereira de Oliveira Lima; TCC, 2023.	Entender o processo social e histórico da educação de surdos pelo mundo e no Brasil.	O autor relata que é fundamental reconhecer as línguas de sinais, bem como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como expressões oficiais das pessoas surdas, bem como a urgência da perspectiva de educação bilíngue como fundamental para a humanização de surdos e sua efetivação e reconhecimento pelo Estado.
Ensino de física mecânica para alunos com deficiência visual	Mickaelly Lydijanne Silva dos Santos; TCC, 2023.	Expressar os desafios e perspectivas da educação inclusiva voltada para o ensino de alunos deficientes visuais e	De acordo com a autora, muitos são os desafios para a inclusão de alunos cegos em aulas de física, principalmente por ser uma disciplina temida pelos alunos, e afirma que essa inclusão não acontecerá do dia para a

		elaborar e apresentar um jogo de tabuleiro voltado para o ensino de Mecânica.	noite. Então, como forma de expressar algumas perspectivas de inclusão, a autora elaborou um jogo de tabuleiro para o ensino de mecânica. Assim a autora afirma que, além das habilidades educativas que serão aprimoradas, o jogo permite uma maior interação entre alunos, incentiva a cooperação, concentração e pensamento crítico.
As estratégias no ensino de biologia para estudantes com deficiência visual e baixa visão: uma proposição metodológica	Fernanda Lima Ferreira, TCC, 2023.	Propor uma estratégia metodológica inclusiva para alunos com deficiência visual e baixa visão.	A autora inicia sua conclusão realizando uma crítica acerca da falta da disciplina de educação especial e inclusiva nos cursos de licenciatura da UFAL como obrigatória[7], bem como a escassez de material didático disponível nos bancos de dados. A autora elaborou uma maquete de célula animal e as palavras em braile. Afirma ainda que o trabalho consta como uma proposta de metodologia, sendo assim, o material não foi aplicado/validado com estudantes em geral, mas se baseia na literatura para comprovar sua eficácia e justificar seus critérios.
Educação inclusiva para pessoas com deficiência auditiva (baixa audição) nos cursos de 6º ano: uma proposta utilizando jogos feitos com tecnologias digitais.	Maria Jussara da Silva; TCC, 2023.	esclarecer e retroceder as dificuldades sociocomunicativas e de aprendizagem experienciadas por alunos de baixa audição, enfatizando a utilização de jogos matemáticos nas turmas de 6o.ano	O planejamento de atividades com ilustrações e/ou legendas é favorável à comunicação, aprendizagem e desenvolvimento do aluno com carência auditiva.
Inclusão de estudantes com TEA nas aulas de	Maria Thais Ferreira dos	identificar e descrever as dificuldades enfrentadas e as	A pesquisa resultou que, o maior desafio dos professores foi conseguir obter a permanência desses alunos em aula

[7] Com exceção do curso de Pedagogia que, embora ainda seja em um quantitativo baixo de horas, a oferta é obrigatória.

educação física no contexto da pandemia de Covid: desafios para os professores da rede municipal de São Miguel dos Campos – AL	Santos; TCC, 2023.	estratégias propostas por professores de Educação Física no processo de inclusão de alunos com TEA durante o período pandêmico, especificadamente descrever os comportamentos no ponto de vista do professor, desses alunos TEA mediante a estas dificuldades.	no ensino remoto, assim como a falta de tecnologia fez com que muitos não tivessem acesso às aulas online, por outro lado, os professores não criaram estratégias especificas para tentar inclui-los. Isso implica numa regressão do desenvolvimento desses alunos comparados aos demais, além da dificuldade na socialização e interação com os outros. Por tanto, conclui-se que são muitas as dificuldades para a inclusão dos alunos com o espectro, no entanto, esses desafios sempre irão existir, o que se espera é que por meio dessa pesquisa seja possível pensar em caminhos e alternativas para a inclusão de estudantes com TEA nas aulas de educação física e criar propostas em busca de uma educação inclusiva.
A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar	Paula Izabelly de Oliveira Gomes, Valdomiro Makson Costa Jardim; TCC, 2023.	investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e cegos.	O principal resultado da pesquisa destaca a importância de adaptar metodologias de ensino para alunos surdos e cegos na educação básica, especialmente no ensino de Geografia. A pesquisa revela que a inclusão desses alunos exige mudanças significativas em vários aspectos, como no planejamento do e adaptação do conteúdo; a utilização de imagens, desenhos, filmes, objetos, e a integração de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e elementos culturais próprios para facilitar a compreensão e interação; recursos táteis, sonoros e olfativos para ensinar conceitos como paisagens e solos.

Dissertação de Mestrado			
Estratégias utilizadas por professores da escola regular no processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência visual	Flávia Calheiros da Silva; Dissertação, 2015.	mapear as estratégias utilizadas pelos professores da escola regular no ensino a crianças DV matriculadas em escolas de ensino fundamental, públicas e privadas, da cidade de Maceió e sua região metropolitana.	A pesquisa identificou as lacunas significativas nas estratégias de ensino para crianças com deficiência visual (DV) no contexto da educação básica. Além disto, destacou que, embora a inclusão de crianças com DV nas salas de aula regulares seja um direito garantido, a simples presença desses alunos em tais ambientes não é suficiente para garantir um aprendizado efetivo e significativo. A pesquisa revelou ainda que as estratégias de ensino atuais adotadas pelos professores têm se mostrado inadequadas para atender às necessidades específicas das crianças com DV; a boa formação inicial e continuada dos professores é crucial para a efetivação das políticas de inclusão; os recursos utilizados atualmente se mostram insuficientes e compromete a aprendizagem e o desempenho dos alunos; os professores demonstram um conhecimento limitado sobre a deficiência visual e, muitas vezes, não possuem o interesse ou a capacitação necessária para trabalhar efetivamente com crianças DV. Por fim, a pesquisa identificou uma gama de falhas e carências nas práticas de inclusão educacional para crianças com deficiência visual, incluindo a necessidade urgente de formação docente mais específica e a melhoria na utilização de recursos e suporte especializado.
Ensino de física baseada na experiência visual: um estudo com alunos surdos do ensino	Emanuelle Satiko Monteiro Matsumoto; Dissertação, 2015.	investigar, através de um estudo de caso, se um material construído dando ênfase ao canal espaço-visual contribui para a	A pesquisa demonstra que a mera inclusão de alunos surdos em salas de aula regulares com ouvintes não garante uma educação efetiva e igualitária para esses alunos, especialmente em disciplinas como Física. Assim,

médio da educação básica		aprendizagem de conteúdos de Física e para a efetiva inclusão dos estudantes surdos na sala de aula regular.	a pesquisadora afirma que, para que a inclusão seja realmente eficaz, é fundamental desenvolver e implementar metodologias específicas que atendam às necessidades particulares dos alunos surdos. A pesquisa destaca que é fundamental desenvolver estratégias de ensino adaptadas às necessidades dos alunos surdos, principalmente me aulas de física, que é o foco do estudo; percebeu-se ainda a falta de sinais específicos para termos de Física, problemas na relação entre professores e intérpretes, e a falta de preparação das aulas para atender ao público surdo; bem como a necessidade de uma colaboração mais eficaz entre professores, alunos surdos, e intérpretes. Em suma, a pesquisa destaca a necessidade de metodologias específicas e adaptadas para garantir a verdadeira inclusão dos alunos surdos no ensino regular, especialmente em disciplinas como Física, sendo necessário um esforço consciente para desenvolver práticas pedagógicas que respeitem e atendam as necessidades desses sujeitos.
Uma tecnologia assistiva baseada na semiótica peirciana para a educação inclusiva de crianças surdas e ouvintes	Denys Fellipe Souza Rocha; Dissertação, 2016.	melhorar o processo de comunicação entre crianças surdas e ouvintes em salas de aula através de uma alfabetização bilíngue	O estudo buscou a validação da proposta de utilizar uma tecnologia assistiva baseada na semiótica peirciana para melhorar a comunicação entre crianças surdas e ouvintes no ambiente escolar. Esse experimento demonstrou uma diferença significativa na comunicação entre os alunos após o uso da tecnologia, com uma maior frequência de sinais em Libras e interação entre os alunos ouvintes e surdos. Através de modelos estatísticos como o teste Wilcoxon e a regressão de Poisson, foi comprovado que o uso da tecnologia com a intervenção do professor promoveu um aumento na quantidade e qualidade de

			sinais utilizados. Isso valida o modelo semiótico proposto como uma solução eficaz para criar um ambiente educacional mais inclusivo, facilitando a comunicação entre alunos de diferentes línguas e culturas.
Objeto de aprendizagem baseado em redes sociais para ensino de Libras a alunos ouvintes	Bruno Rafael Ferreira Souza Barbosa da Silva; Dissertação, 2016.	Facilitar o aprendizado da Libras por parte de alunos ouvintes, visando a diminuição da exclusão social existente entre as duas comunidades	O estudo buscou evidenciar e comprovar a utilização de uma ferramenta educacional que integra um tradutor português-Libras com um comunicador de mensagens instantâneas em uma rede social, facilitando a interação entre pessoas surdas e ouvintes. O experimento realizado com 30 voluntários ouvintes demonstrou que a ferramenta é eficaz para estimular o contato com a língua de sinais, auxiliando tanto na assimilação de novos sinais quanto na prática dos já conhecidos. Apesar dos resultados promissores, a ferramenta ainda precisa ser testada com usuários surdos para uma avaliação mais completa.
Prática docente de uma professora de Educação Física: caminhos para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista	Thiago Hallison Medeiros de Lima; Dissertação, 2017.	analisar a prática da professora de Educação Física para a inclusão do aluno com TEA a partir de suas reflexões.	O estudo aponta que há uma grande lacuna entre a formação acadêmica inicial dos professores de Educação Física e a prática efetiva para lidar com a diversidade de alunos, especialmente aqueles com TEA, o que pode ser evidenciado, nas palavras da professora analisada, pela formação inicial insuficiente, oportunidades limitadas de experiência e formação continuada e a deficiência na comunicação entre o corpo docente e a coordenação pedagógica. Desta forma, o estudo sugere a necessidade de ações formativas que promovam a troca de conhecimentos práticos entre os docentes e que incluam toda a comunidade escolar. Também é recomendado estabelecer parcerias com a Secretaria Municipal de

			Educação (Semed) e universidades para ampliar a formação e o suporte à inclusão.
Um modelo de atividades online para deficientes visuais	Ronaldo Ribeiro Fernandes; Dissertação, 2018.	propor um modelo de atividades online para cegos usando um ambiente virtual de aprendizagem inclusivo, com base no modelo de Salmon, como também propor uma metodologia em ambientes virtuais de aprendizagem.	A pesquisa evidencia que é possível proporcionar um acesso efetivo ao conhecimento para pessoas com deficiência visual por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), apontando e demonstrando um modelo de atividades online adaptado para deficientes visuais, baseado na extensão do modelo de Salmon, que prioriza a acessibilidade. Este modelo foi aplicado com sucesso em cursos de educação a distância, demonstrando que as necessidades educativas especiais de estudantes cegos podem ser atendidas eficazmente em ambientes virtuais. A implementação do modelo revelou um alto índice de eficiência, com a maioria dos alunos deficientes visuais aprovando as avaliações realizadas. Sendo assim, o estudo confirma que, com um modelo de atividades online acessível e bem estruturado, é possível atender às necessidades educativas especiais de pessoas com deficiência visual em ambientes virtuais, promovendo inclusão e efetividade no processo de ensino-aprendizagem.
A prática pedagógica de uma professora de educação física nas linhas da educação inclusiva: desenhando as ideias do pensamento complexo e	Dayane Deyse Gonçalo dos Santos; Dissertação, 2019.	investigar a prática pedagógica inclusiva com alunos com deficiência na Educação Física Escolar, a luz do pensamento complexo e transdisciplinar	O estudo aponta que práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física, baseadas no pensamento complexo e transdisciplinar, podem efetivamente contribuir para a inclusão escolar de alunos com deficiência, principalmente a partir de Jogos Cooperativos como uma estratégia para promover a inclusão de alunos com deficiência, uma vez que essas práticas são fundamentadas no pensamento

transdisciplinar			complexo e transdisciplinar, e visam criar cenários que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças. Além disto, a pesquisa reafirma que todos os alunos têm o direito de participar das aulas de Educação Física, e que a prática pedagógica deve garantir acesso e qualidade para todos. Desta forma, é necessário que os educadores adotem posturas flexíveis e estejam dispostos a inovar, superando antigas concepções e práticas excludentes.
E agora você me viu? Percursos comentados de uma pessoa com deficiência na UFAL	Diego Januário dos Santos; Dissertação, 2019.	analisar as performatividades sobre acessibilidade de um estudante com deficiência na universidade, a partir de suas vivências cotidianas.	O estudo aponta que, apesar das tentativas de promover acessibilidade na Universidade Federal de Alagoas, ainda existem desafios significativos que precisam ser abordados para garantir uma verdadeira inclusão para todos os estudantes com deficiência. A pesquisa revela que muitos aspectos essenciais da acessibilidade são invisíveis para aqueles que não os necessitam diretamente. O estudo identificou barreiras físicas e atitudinais significativas que dificultam a experiência acadêmica dos estudantes com deficiência na Ufal. Entre os desafios estão a falta de adaptações arquitetônicas adequadas e a necessidade de uma formação mais abrangente para docentes e discentes sobre acessibilidade. O autor cita ainda a importância do Núcleo de Acessibilidade da Ufal como um recurso crucial para o suporte dos estudantes com deficiência. Desta forma, destaca que há uma necessidade urgente de melhorias práticas e mudanças de perspectiva para garantir que todos os estudantes com deficiência possam participar plenamente da vida acadêmica.
Políticas públicas de	Ana Paula Nascimento	analisar quais políticas a Ufal vem	O estudo revelou que, após a criação e o funcionamento do

inclusão: uma análise das políticas de atendimento ao surdo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	dos Santos; Dissertação, 2019.	implementando para garantir a acessibilidade e a inclusão dos Surdos, considerando o cenário de mudanças vivenciado pela sociedade, no que se refere à conquista de direitos por parte desses sujeitos, principalmente, após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), Lei 10.436/2002, e seu Decreto regulamentador nº 5.626/2005, que atribuíram às organizações públicas responsabilidades quanto às garantias de comunicação em Libras nesses espaços.	curso de Letras-Libras, a Ufal avançou significativamente em relação à acessibilidade e inclusão dos surdos. Isso incluiu a oferta de cursos de capacitação para servidores, ações de extensão e projetos de pesquisa voltados para a inclusão. Porém, de acordo com a percepção dos alunos surdos, as condições de acessibilidade diminuem fora das atividades diretamente relacionadas à temática. Isso sugere a necessidade de um comprometimento mais amplo e consistente de todos os setores da universidade para garantir uma inclusão efetiva. É necessário, portanto, que haja conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão, a colaboração entre diferentes setores e a articulação de ações para a efetividade das políticas de inclusão.
Abordagem diagnóstica sobre as dificuldades do ensino de geometria: análise de uma sequência didática envolvendo polígonos e poliedros para alunos cegos	Felipe Bomfim Cavalcante do Nascimento; Dissertação, 2019.	Diagnosticar as dificuldades apresentadas por alunos cegos do ensino fundamental II sobre o aprendizado de polígonos e poliedros	O estudo demonstrou eficácia da aplicação da teoria de Van Hiele, aliada ao uso de materiais adaptados, para o ensino de geometria (polígonos e poliedros) a alunos cegos. Além disto, a pesquisa destacou a importância do professor como facilitador e a relevância da avaliação diagnóstica para ajustar o planejamento pedagógico às necessidades dos estudantes com deficiência visual. Para mais, o trabalho enfatiza a necessidade de valorizar as potencialidades de cada aluno e desmistificar as dificuldades no ensino da geometria para cegos, promovendo uma inclusão escolar eficaz.
Discursos envolventes	Joseane dos Santos do	Refletir sobre as implicações dos	O estudo em tela demonstrou que as práticas de ensino da

no ensino da língua portuguesa escrita para surdos em uma escola comum: análise linguístico-discursiva	Espírito Santo; Dissertação, 2019.	discursos que foram naturalizados nas práticas de ensino de Língua Portuguesa para estudantes Surdos na escola comum, na perspectiva de Educação Inclusiva	Língua Portuguesa para estudantes surdos não atendem adequadamente às suas necessidades linguísticas específicas. O ensino ainda é conduzido como se a Língua Portuguesa fosse a primeira língua dos alunos, desconsiderando a Libras como a língua natural dos surdos. A pesquisa destaca ainda importância de uma abordagem bilíngue, em que a Libras seja reconhecida como a língua de instrução e a Língua Portuguesa ensinada como segunda língua.
Produção de material didático-pedagógico para suporte em aulas de química no ensino médio adaptadas para pessoas portadoras de deficiência intelectual, visual ou auditiva	Nathaly Almeida de Oliveira; Dissertação, 2020.	incluir alunos com algum tipo de deficiência (auditiva, visual ou intelectual) a diversos conteúdos de química, através de uma "caixa especial" que contém materiais didático-pedagógicos adaptados como: dominó de funções orgânicas, bingo da química do cotidiano, jogo de montar das ligações iônicas e funções inorgânicas, sequência didática que auxiliará alunos com deficiência intelectual a compreender eletroquímica e paródias de química com tradução em libras (disponível na plataforma YouTube® e em DVD).	A pesquisa resultou no desenvolvimento e implementação de uma “caixa especial” de materiais didático-pedagógicos inclusivos para o ensino de química, com foco em alunos com deficiências auditivas, visuais ou intelectuais. A criação desses materiais inclusivos como, por exemplo, o dominó de funções orgânicas em Braille para deficientes visuais, e versões adaptadas em caixa alta para portadores de baixa visão; as paródias de química e a tradução para libras, disponibilizadas no canal “QUI_inclusão” no YouTube®, também serviram como recursos inclusivos, especialmente para alunos surdos. Desta forma, esses materiais e o processo contínuo de adaptação curricular para atender às especificidades dos alunos, buscou promover um ambiente educacional mais acessível e significativo para alunos com diferentes tipos de deficiência. A abordagem prática, a utilização de recursos visuais e a adaptação contínua foram fundamentais para o sucesso do projeto.
Práticas integradoras no	Idenise Naiara Lima	investigar as práticas	A pesquisa destacou a importância do pensamento

ensino superior: análise das experiências de inclusão nos de psicologia na perspectiva da teoria da complexidade e da transdisciplinaridade	Soares; Dissertação, 2020.	pedagógicas desenvolvidas no curso de psicologia ofertado na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e suas aproximações com as práticas integradoras que contribuem para um processo inclusivo que compreenda o sujeito para além de sua dimensão cognitiva.	complexo e da transdisciplinaridade para uma prática pedagógica que considere a totalidade do ser humano, superando a visão reducionista das deficiências. O pensamento complexo facilita a integração das diversas dimensões do conhecimento e a inclusão de todas as nuances do indivíduo, enquanto a transdisciplinaridade promove a interconexão entre diferentes saberes e disciplinas. Além disto, a pesquisadora destacou que o curso de Psicologia da UFAL vem apresentando esforços para implementar práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão de alunos com deficiências com base nas PAII ao buscar atender às diversidades e considerar as dimensões epistemológicas do pensamento complexo. Assim, a pesquisa demonstrou que a adoção das PAII no curso de Psicologia da UFAL pode melhorar significativamente as práticas pedagógicas e a inclusão no ensino superior, destacando a importância de uma visão holística e multidimensional do sujeito educacional.
O docente surdo na educação superior: significações sobre ser professor	Luana Luzia da Silva; Dissertação, 2020.	apreender as significações de professores universitários surdos sobre “ser professor/a universitário”.	A pesquisa em tela faz uma crítica ao modelo oralista da educação que predominou na escolarização dos surdos, caracterizado por práticas como leitura labial e cópias excessivas, que ignorou a realidade e as necessidades dos alunos surdos, o denominando de perverso. Destacou também o essencial papel da família no processo educacional de pessoas com surdez, principalmente na formação e na trajetória profissional dos professores surdos. O estudo evidenciou ainda os grandes desafios na formação de professores para a construção de uma prática docente que vá além do modelo tradicional de ensino de

			Libras. Por fim, a pesquisa destaca a importância de entender a surdez dentro de um contexto sócio-histórico mais amplo, critica práticas educacionais ultrapassadas e sugere reformas na formação de professores para melhor atender às necessidades e realidades dos sujeitos surdos.
Classes hospitalares em Maceió: entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde	Renata Souza de Lima; Dissertação, 2021.	investigar analiticamente a Resolução no 01/2016 COMED-Maceió, à luz dos fundamentos dos Direitos Humanos, a fim de problematizar suas contradições, decorrências e complexidade, com vistas a compreender porque a referida Resolução não se efetiva em Maceió, uma vez que o município não conta com classes hospitalares.	O principal resultado da pesquisa é a identificação e análise das falhas na implementação da Resolução nº 01/2016 do COMED – Maceió, que visa garantir a educação para estudantes afastados da escola regular devido a tratamento de saúde. A pesquisa evidencia que, apesar dos avanços teóricos e legislativos para promover uma educação inclusiva, na prática, o sistema educacional brasileiro, especialmente em Maceió, falha em não efetivar esses direitos para crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade como a hospitalização. O estudo propõe reformas e mudanças para assegurar que a educação seja de fato acessível e equitativa, alinhando-se aos princípios de direitos humanos e à inclusão plena.
Processo educativo em sala de aula comum de estudantes com síndrome de Down na pandemia da Covid-19: significações de professores, familiares e os próprios estudantes	Ivón Raquel Díaz Pedraza; Dissertação, 2022.	apreender as significações dos diferentes envolvidos (professores, famílias e estudantes) sobre o processo educativo dos estudantes com Síndrome de Down (SD) conduzido na sala de comum em escolas da cidade Maceió/Brasil e Bucaramanga/Colômbia, durante a pandemia da COVID-19.	Após uma pesquisa comparativa entre o processo educativo de estudantes com SD em Maceió/Brasil e na cidade de Bucaramanga/Colômbia, o autor destacou que tanto no Brasil quanto na Colômbia, as condições materiais e as políticas públicas tiveram um papel crucial na mediação do processo educativo para alunos com Síndrome de Down. No Brasil, a relação escola-família foi mais estreita, apesar das lacunas socioeconômicas. Na Colômbia, a relação foi marcada por um distanciamento e falta de comunicação efetiva. O estudo identificou a

			prevalência de práticas pedagógicas capacitistas e biológicas que perpetuam a exclusão e a rotulagem dos alunos com deficiência. Um avanço importante identificado foi o empoderamento dos alunos com Síndrome de Down, permitindo-lhes ter voz e participar ativamente na construção de seu próprio desenvolvimento. Por fim, a pesquisa destaca a urgência de uma abordagem mais inclusiva e equitativa para a educação de alunos com deficiência, ressaltando a importância da formação docente adequada, da revisão das práticas pedagógicas e da implementação de políticas públicas que realmente promovam a inclusão.
Dimensão subjetiva da realidade educacional dos universitários com deficiência visual em tempos de pandemia da COVID-19	Maria Quitéria da Silva; Dissertação, 2022.	apreender a dimensão subjetiva da realidade educacional dos universitários com deficiência visual durante o ensino remoto implantado em decorrência da Pandemia de Covid-19.	A pesquisa revela a complexa realidade enfrentada pelos universitários com deficiência visual durante o ensino remoto, destacando uma série de desafios e questões críticas, como o sucateamento da educação superior, o desamparo e a invisibilidade de pessoas com deficiência visual, além de sublinhar que a realidade educacional desses sujeitos fora profundamente impactada pela pandemia de Covid-19 e, principalmente, pelas mudanças no contexto educacional durante a pandemia, evidenciando a urgência de reformas e ações afirmativas para garantir uma educação superior inclusiva e acessível.
Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas na educação de surdos: novos	Geraldo Bernardo; Dissertação, 2022.	analisar relato de experiência de um professor de estudantes surdos, na perspectiva da educação ecoformativa e inclusiva.	O principal resultado dessa pesquisa aponta que uma abordagem pedagógica integradora, inclusiva e transdisciplinar, fundamentada em práticas ecoformativas e no pensamento complexo, promoveu um ambiente de ensino mais acolhedor e eficaz para estudantes surdos. Ao

olhares rumo a uma educação ecoformativa			desenvolver atividades pedagógicas que consideram as especificidades dos alunos surdos, utilizando manifestações artísticas como música, poesia e teatro, o estudo evidenciou a importância de uma educação que vá além do conteúdo acadêmico tradicional, focando no desenvolvimento integral e na inclusão real desses alunos. Essas mudanças pedagógicas resultaram em maior engajamento e diminuição da evasão escolar, ampliando a demanda por vagas na instituição.
Contribuições criativas das práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas à (trans)formação docente inicial	Andrielly Maria Pereira; Dissertação, 2023.	investigar as contribuições das Práticas de Aprendizagem Integradoras e Inovadoras (PAII) a formação docente inicial, com vistas à promoção da inclusão ante a complexidade e desafios impostos pelo cenário pandêmico.	A pesquisa resultou em reflexões a partir da transformação e ampliação da perspectiva dos participantes em relação à formação docente e às práticas de inclusão, facilitada através de um curso focado em Práticas de Aprendizagem e Inclusão Integral (PAII). A pesquisadora enfatiza que a troca dialógica e a escuta sensível foram fundamentais para entender a complexidade dos processos de aprendizagem e a formação docente. Além disto, destaca que a perspectiva transdisciplinar permite uma compreensão mais profunda e integrada dos processos de ensino e aprendizagem. A partir das reflexões acerca das PAII, houve uma mudança significativa na percepção dos participantes sobre a inclusão. Inicialmente vista como uma utopia ou algo distante, a inclusão passou a ser entendida como uma realidade possível e necessária. Essa mudança foi facilitada pela contextualização teórica e pelas práticas desenvolvidas durante o curso, que ajudaram os participantes a ver a inclusão como uma prática viável e integrada ao seu processo de formação.

Narrativas de inclusão na escola e no trabalho: escutando os protagonistas	Romário Barbosa Santos; Dissertação, 2023.	analisar o processo de produção de sentido sobre as práticas profissionais de quem apresenta deficiência intelectual, considerando sua trajetória no processo de escolarização.	O principal resultado desta pesquisa é a compreensão aprofundada dos significados e impactos das ações no processo de escolarização e inserção no mercado de trabalho de pessoas com Deficiência Intelectual (DI), com base em suas narrativas e experiências. Com relação ao mercado de trabalho, as motivações que impulsionam indivíduos com DI a buscar emprego incluem o desejo de inserção social, autonomia, consumo e prazer, semelhantes às de pessoas sem deficiência. Essas motivações são influenciadas por contextos pessoais e familiares, e as dificuldades enfrentadas no trabalho não diferem significativamente das de pessoas sem deficiência intelectual. Já com relação ao processo de escolarização desses sujeitos, o pesquisador sugere que haja adaptações educacionais a fim de ajudar na adequação do currículo às necessidades dos alunos com DI. No entanto, muitas vezes essas adaptações visam mais a promoção da instituição do que o verdadeiro desenvolvimento do aluno. Sendo assim, em linhas gerais, para melhorar a inclusão de pessoas com DI no mercado de trabalho e no ambiente escolar, é fundamental abordar tanto as motivações e desafios enfrentados quanto a importância das adaptações e do papel das instituições de apoio.
Por uma universidade inclusiva: práticas colaborativas e desenvolvimento de agência de pessoas com deficiência para a	Rosiane Oliveira de Amorim; Dissertação, 2023.	desenvolver e analisar práticas colaborativas que tenham a intencionalidade de expandir a agência de universitários com deficiência de uma instituição	A pesquisa evidenciou que práticas colaborativas foram fundamentais para expandir a agência dos universitários com deficiência, permitindo que eles desenvolvessem uma consciência crítica de sua realidade e enfrentassem as estruturas capacitistas presentes no ambiente acadêmico. A pesquisa destacou ainda a formação do "Coletivo Nada

transformação da realidade		pública de Educação Superior.	Sem Nós", que, através de ações coletivas, reivindicou melhores condições de acessibilidade e inclusão dentro da universidade, principalmente. Além disso, o estudo mostrou como a colaboração e o ativismo podem desafiar a violência institucional e promover a transformação social em busca de justiça e inclusão.
Ensinando professores a descrever contingências de comportamentos-problema no TEA por meio de um treino informatizado	Elton Silva de Lima; Dissertação, 2023.	avaliar a eficácia de um treino informatizado, baseado em vídeos e feedbacks textuais, para ensinar professores a habilidade de identificar e descrever contingências de comportamentos-problema.	A pesquisa aponta que o treino informatizado baseado em vídeos e *feedbacks* textuais foi eficaz para ensinar professores a identificar e descrever contingências de comportamentos-problema em crianças com TEA. O estudo ainda comprovou que o treino pode ser utilizado como parte de um pacote de formação mais amplo, auxiliando na aquisição rápida e de baixo custo de habilidades analítico-comportamentais. No entanto, limitações como a falta de avaliação de generalização e a ausência da condição de "reforço automático" foram apontadas, sugerindo que futuras pesquisas devem expandir o estudo para contextos escolares reais.
Tese de Doutorado			
Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas	Elisangela Leal de Oliveira Mercado; Tese, 2016.	compreender o processo de constituição da identidade profissional de professores de Educação Especial, a partir de suas próprias narrativas orais.	A pesquisa apresentou uma análise acerca das tensões e desafios envolvidos na constituição da identidade profissional dos professores de Educação Especial no município de Maceió, demonstrando como a desprofissionalização desses professores é reforçada pelas políticas educacionais vigentes, que priorizam a inclusão escolar sem uma formação adequada e contínua. A pesquisa evidencia ainda que os saberes experienciados,

			mais do que a formação formal, têm sido determinantes na construção da identidade desses docentes. Além disso, as professoras narram um sentimento de isolamento e a falta de preparação para lidar com as demandas da Educação Inclusiva, o que impacta diretamente em sua prática pedagógica e no processo de formação.
Docência no processo de inclusão do estudante com deficiência em cursos de educação física: análise do contexto universitário brasileiro e português	Soraya Dayanna Guimarães Santos; Tese, 2016.	analisar aspectos constitutivos da docência universitária nos cursos de graduação em Educação Física do contexto brasileiro e português face ao processo de inclusão de estudantes com deficiência.	O estudo demonstrou uma compreensão aprofundada das significações que uma professora universitária, Lilli, atribui ao processo de inclusão de um estudante surdo, Luan, na Educação Superior. O estudo evidenciou como a prática docente de Lilli foi reavaliada e aprimorada ao longo do tempo, mostrando um movimento contínuo de adaptação e evolução. 1. A professora Lilli reconheceu a necessidade de adaptar sua prática pedagógica para incluir Luan de maneira mais eficaz; 2. Lilli demonstrou avanços significativos na sua prática pedagógica, evidenciando a capacidade de adaptação e evolução constante da prática docente. Por se tratar de uma abordagem dialética, essa tomada de consciência por parte da professora Lilli possibilitou compreender as relações entre os elementos objetivos e subjetivos que moldam a realidade educacional, permitindo uma análise mais complexa e integrada das práticas pedagógicas da mesma. Assim, a pesquisa evidencia a evolução da prática docente de Lilli no contexto da inclusão de um estudante surdo, mostrando a complexidade e dinamismo desse processo. Ele sublinha a necessidade de reflexão constante e adaptação para lidar com a diversidade dos estudantes e a importância de considerar as múltiplas dimensões que influenciam a

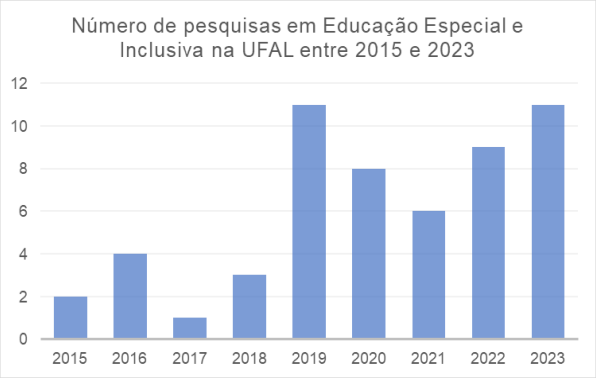
			prática pedagógica.
Rede de apoio à inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral: mediações de um processo colaborativo	Alessandra Bonorandi Dounis; Tese, 2019.	analisar o processo colaborativo para/na composição de uma rede de apoio à inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral como mediação para a constituição de zonas de desenvolvimento iminentes coletivas, reelaboração de significações acerca da deficiência e modificação revolucionária das práticas escolares relacionadas à educação inclusiva.	A pesquisa demonstra que a inclusão de pessoas com deficiência não pode ocorrer de forma efetiva sem a colaboração coletiva e o trabalho em rede de apoio dentro do ambiente escolar. O estudo sublinha que, embora as políticas públicas brasileiras enfoquem o AEE como principal meio de apoio, uma abordagem colaborativa que inclua todos os membros da equipe escolar e um suporte material adequado é essencial para o sucesso da inclusão. A pesquisa também evidencia que a dimensão subjetiva da escola desempenha um papel importante no processo de inclusão, com as significações de cada membro da equipe escolar sobre a pessoa com deficiência influenciando diretamente as práticas e a aprendizagem dos estudantes. A criação de espaços para interlocução e reflexão, como a autoconfrontação simples e os encontros formativos, demonstrou ser fundamental para promover transformações na forma de pensar e agir dos envolvidos. Desta maneira, a pesquisa ressalta que a inclusão não pode ignorar as especificidades de cada estudante com deficiência, sob o risco de excluí-los dentro da sala de aula, e que o trabalho em rede tem grande potencial, desde que conte com suporte adequado e formalização de parcerias institucionais.

Fonte: a autora (2024), com base nas pesquisas extraídas do Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas – RI/UFAL

O material foi explorado exaustivamente a partir de seus pontos mais relevantes, categorizados e sistematizados quantitativamente e qualitativamente. Por esta razão, antes de adentrar na análise discursiva propriamente dita do material, é de fundamental importância destacar alguns pontos consideráveis.

O primeiro ponto é o número de pesquisas em Educação Especial e Inclusiva, sob a ótica de direitos humanos, na UFAL entre 2015 e 2023 – recorte temporal deste estudo.

Gráfico 1: Número de pesquisas em Educação Especial e Inclusiva na UFAL entre 2015 e 2023

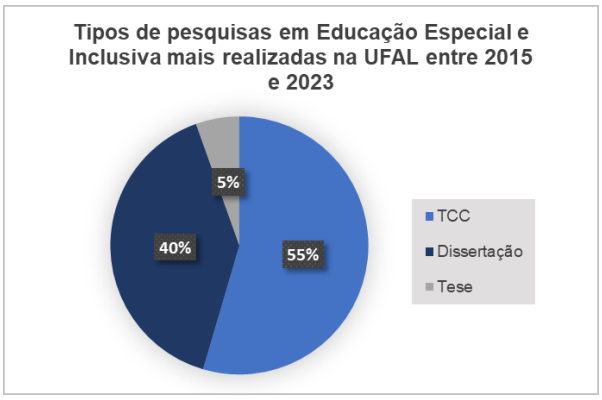


Fonte: a autora (2024).

Esse dado chama a atenção por duas razões principais: primeiro, o período analisado é de nove anos, o que representa um intervalo considerável; segundo o número de pesquisas realizadas é surpreendentemente baixo para uma universidade do porte da UFAL. Em uma das pesquisas examinadas, o autor destaca como as pessoas com deficiência são invisibilizadas também dentro da universidade, observando que “[...] há pessoas que não veem a pessoa com deficiência a um palmo de sua face [...]” (Santos e Lima, 2019, p. 70). Esse fenômeno de invisibilidade também parece refletir na escassez de pesquisas sobre o tema.

Outro aspecto relevante é a distribuição das pesquisas conforme seu tipo. Apesar das limitações impostas pelas variáveis mencionadas, foi possível perceber que, quanto mais os pesquisadores buscam a titulação, menor é o interesse deles em investigar a educação especial e inclusiva sob a perspectiva dos direitos humanos. Isso pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tipos de pesquisas em Educação Especial e Inclusiva mais realizadas na UFAL entre os anos de 2015 e 2023

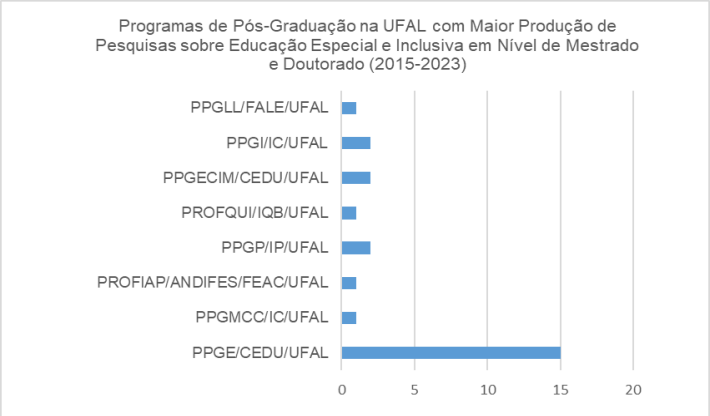


Fonte: a autora (2024).

Esse dado evidencia a escassez de pesquisas em nível de mestrado e, especialmente, de doutorado em Educação Especial sob a perspectiva inclusiva. No Gráfico 1, que apresenta a distribuição geral desses estudos ao longo dos anos, observa-se que 2017 registrou o menor número de pesquisas defendidas na área de educação especial e inclusiva, com apenas uma dissertação de mestrado. Em 2019 e 2023, houve um aumento significativo desse índice, conforme o material analisado. No entanto, ao considerar dissertações e teses, em 2019 foram defendidas 5 dissertações e 1 tese, enquanto em 2023 foram apenas 4 dissertações.

Esses dados também podem ser examinados e analisados com base na produção científica de cada programa de pós-graduação, conforme ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Programas de Pós-Graduação na UFAL com Maior Produção de Pesquisas sobre Educação Especial e Inclusiva em nível de Mestrado e Doutorado (2015-2023)



Fonte: a autora (2024).

É possível notar que o Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFAL (PPGE/CEDU) continua sendo o que mais produz pesquisas científicas sobre educação especial e inclusiva em comparação com os demais programas de pós-graduação da UFAL, principalmente quando comparado aos programas de pós-graduação de outros cursos de licenciaturas. Esse fenômeno pode ser explicado pelo que Cruz e Glat (2014, p. 258) discorrem acerca dos cursos de formação de professores em nível de licenciatura, quando nestes “[...] acumulam-se críticas, de todas as ordens, à consistência da preparação oferecida para a intervenção profissional na educação básica [...]” sobretudo quando se trata da educação especial e inclusiva, uma vez que, “[...] em alguns momentos é como se falássemos, para além de suas especificidades, de sistemas distintos e incomunicáveis [...]”.

Considerando esses fatores de influência e o método de análise proposto neste estudo, foi possível identificar os temas principais que emergem do material coletado, com base nos conceitos recorrentes, sendo estes:

Figura 2: Principais Temas Emergentes no Material Coletado



Fonte: a autora (2024).

Como ilustrado na Figura 2, os principais temas emergentes do material coletado refletem os principais debates e desafios relacionados à inclusão de pessoas com deficiência na educação escolar. Assim, com base nos 7 (sete) temas recorrentes identificados, agrupamos estes em dois grandes grupos de análise: “Desafios e Potencialidades da Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência” e “Capacitação Docente para uma Educação Especial e Inclusiva”. Esses agrupamentos foram definidos com base nos resultados e nas perspectivas da autora sobre a temática.

6.1. Desafios e potencialidades da inclusão educacional de PcD

Para discutir os desafios e as potencialidades da Educação Especial e da Inclusão de PcD, é essencial abordar a importância da inclusão escolar, considerando quem são esses indivíduos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), são público-alvo da educação especial estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

À vista disso, Manzini (2018, p. 811) aponta que “[...] a necessidade de definir quem é a clientela de um determinado tipo de serviço é importante para a provisão do aporte financeiro para que as necessidades dessa população possam ser atendidas [...]”. No entanto, sob a perspectiva dos direitos humanos, que é o fundamento desta pesquisa, se torna essencial reavaliar o uso do termo "público-alvo". Desta forma, Gomes (2024, p. 14) evidencia em seu estudo “[...] que o termo utilizado nas legislações atribui um olhar na mera categorização e especificações de um quadro de deficiência que pode estar voltado para a exclusão, a discriminação e o preconceito [...]”. Portanto, é necessário considerar esses estudantes como ***Sujeitos de Direitos***, e essa será a abordagem adotada neste estudo.

Considerando esse primeiro pressuposto, ao analisar os estudos selecionados no Quadro 1, uma das principais categorias temáticas identificadas foi a **Inclusão de PcD**, um aspecto que permeou todas as 55 pesquisas. Entretanto, nota-se que não há consenso ou aproximações sobre um conceito de inclusão. Contudo, todos os estudos indicam que, para que a educação inclusiva se efetive, é necessária uma transformação estrutural, cultural, metodológica, estratégica e em políticas públicas, tanto nas escolas quanto na sociedade como um todo, o que corrobora com os estudos de Mantoan (2003, p. 33), quando a autora destaca que, para que a inclusão escolar ocorra de verdade, é necessário:

> [...] recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos [...]; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções [...].

Entretanto, existe uma cultura inadequada nas instituições escolares que acredita que a responsabilidade pela **Educação Inclusiva** recai exclusivamente sobre aqueles que realizam o **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. Para tanto, é fundamental conceituar o que é o AEE e sua função dentro da escola.

De acordo com o Decreto nº 6.571/2008, “[...] considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular [...]” (Brasil, 2008). Em relação

à função do AEE, o mesmo decreto estabelece que esse serviço é responsável por proporcionar condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos no ensino regular; garantir a transversalidade da educação especial no ensino comum; promover o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e assegurar condições para a continuidade dos estudos nos demais níveis de ensino.

Ademais, nos estudos analisados, de acordo com as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica,

> [...] O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem [...]. (Brasil, 2009).

Além disso,

> [...] o AEE deve funcionar como uma assistência aos educandos que possuem alguma necessidade educacional especial, onde se leva em conta as especificidades de cada sujeito, no intuito de eliminar as barreiras que essas pessoas encontram para serem inseridas de forma satisfatória nos diversos ambientes em que devam transitar [...]. (Ferreira, 2018, p. 30)

Assim, embora o AEE seja o principal meio de apoio para pessoas com deficiência no ambiente escolar, conforme indicam as políticas públicas brasileiras, Dounis (2019), em sua pesquisa, destaca que, para o sucesso da inclusão, é essencial uma abordagem colaborativa entre todos os membros da equipe escolar, desde o porteiro até a equipe gestora, além de um suporte material adequado.

Nesse contexto, surge mais uma categoria temática de análise: **Barreiras Físicas e Materiais para a Inclusão**, que se refere a falta de recursos e apoio materiais adequados como um dos principais obstáculos para a inclusão escolar eficaz. Dos 55 textos analisados, 24 abordam, direta ou indiretamente, barreiras físicas, materiais, atitudinais, acessibilidade e metodologias/estratégias de adequações didático-pedagógicas com o objetivo de eliminar ou reduzir essas barreiras, facilitando a permanência dos sujeitos no ambiente escolar. No entanto, é necessário compreender do que se tratam essas barreiras.

Conforme a Lei nº 13.146/15, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, são definidas como barreiras:

> [...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de

> expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]. (Brasil, 2015)

Diante das diversas políticas públicas e ordenamentos jurídicos, tanto nacionais quanto internacionais, fica claro que a inclusão escolar vai além da simples inserção dos sujeitos nas instituições de ensino. É fundamental assegurar condições equitativas de permanência nesse sistema, o que só é viável quando se dá "[...] prioridade ao aperfeiçoamento da educação especial desde a pré-escola até a profissionalização [...], além da necessária visibilidade para o incremento de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas para a inclusão do segmento das pessoas com deficiência [...]" (Lima e Silva, 2019, p. 37). Em outras palavras, isso se resume à acessibilidade.

Assim, conforme Santos e Lima (2019, p. 42), "[...] a acessibilidade proporciona a quebra de barreiras que impossibilitam o acesso das pessoas em diversas atividades [...]", além de promover a ruptura com antigos paradigmas de uma realidade escolar que não foi planejada para atender sujeitos com deficiência e buscando romper com as barreiras pedagógicas. Silva (2018, p. 33, *apud* Castro e Almeida, 2014, p. 185) conceitua as barreiras pedagógicas como "[...] aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático, nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores em sala de aula [...]".

Mantoan (2003, p. 28-29) descreve a resistência das instituições escolares tradicionais em relação à inclusão. A autora afirma que essas instituições "[...] refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos [...]", sendo, em suas palavras, mais fácil categorizar os alunos, perpetuando as injustiças no ambiente escolar, do que promover mudanças no sistema educacional.

A autora afirma que a responsabilidade pela mudança organizacional e pedagógica das instituições escolares para que estas sejam verdadeiramente inclusivas, deve ser dos professores, que devem, em suas palavras, "[...] retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação [...]" (Mantoan, 2003, p. 29). É necessário também integrar os demais trabalhadores das instituições escolares, uma vez que, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), são considerados

profissionais da educação todos aqueles que atuam nessas instituições, incluindo zeladores, merendeiras, secretários, funcionários administrativos e outros, a partir da **Colaboração e Trabalho em Rede**.

A colaboração entre os profissionais da educação nas diversas áreas da escola (administrativa, pedagógica, etc.), juntamente com a comunidade, as famílias e equipe terapêutica[8] do sujeito, é essencial para promover uma inclusão mais eficaz, embora também seja um grande desafio.

De acordo com Schaffner e Buswell (1999, apud Dounis, 2019, p. 91), uma rede de apoio a inclusão se refere à

> […] um grupo de pessoas que se reúne para debater, resolver problemas e trocar ideias, métodos, técnicas e atividades para ajudar os professores e/ou os alunos a conseguirem o apoio de que necessitam para serem bem-sucedidos em seus papéis. A equipe pode ser constituída de duas ou mais pessoas, tais como alunos, diretores, pais, professores de classe, psicólogos, terapeutas e supervisores.

Entender que a responsabilidade pela inclusão na instituição escolar não recai apenas sobre os professores do AEE significa reconhecer que valorizar a diversidade exige uma abordagem horizontal e democrática no processo de inclusão, já que “[...] a inclusão é um palco de muitos atores [...]” (Dounis, 2019, p. 200), mas que esse processo de inclusão “[...] depende de um coletivo, mas não de atores e sim de sujeitos [...]” (Ibid., p. 264).

6.2. Capacitação docente para uma Educação Especial e Inclusiva

Na seção anterior, ao abordar os desafios e as possibilidades de inclusão nas instituições escolares, nos deparamos com um dos maiores obstáculos: a formação de professores. Esse desafio existe devido à falta de consenso formativo, científico e pedagógico sobre como essa preparação deve ocorrer, especialmente no que se refere à **Dimensão Subjetiva da Inclusão** e à capacitação docente. As diferentes percepções e interpretações que cada profissional da educação tem sobre os sujeitos com deficiência afetam diretamente as práticas educacionais e os processos de aprendizagem.

A vista disso, Silva (2020) evidencia a urgência de “[...] compreender os processos e produções subjetivas que permeiam esse desenvolvimento humano

[8] Quanto a esse ponto, a autora salienta que esses profissionais, dentro da rede de apoio, são fundamentais para darem respostas às demandas mais complexas de cada sujeito dentro da escola.

singular, delimitando as diferentes maneiras de ser e estar no mundo [...]", retirando do sujeito com deficiência o rótulo de "pessoa com defeito" e posicionando-o como um ser humano com um desenvolvimento único. Portanto, é fundamental que os profissionais da educação, sejam eles diretamente envolvidos ou não no processo de escolarização de pessoas com deficiência, reconheçam que cada indivíduo é único, com suas próprias experiências e vivências.

Diante do pressuposto mencionado, Mantoan (2003) destaca a necessidade de "virar a escola do avesso" para garantir uma inclusão verdadeiramente democrática. A autora argumenta que é preciso reorganizar a escola tanto administrativa quanto pedagogicamente, para que todos os profissionais da educação envolvidos compreendam o que é inclusão e como implementá-la naquele ambiente, promovendo o que chamamos de **Prática Colaborativa**.

Das 55 pesquisas analisadas, 13 abordam direta ou indiretamente os **Desafios da Prática Colaborativa** para a inclusão de sujeitos com deficiência no ambiente escolar. Vilaronga e Mendes (2014) estacam que a prática colaborativa requer uma redefinição do papel dos professores de educação especial, focando no apoio em sala de aula comum, em vez de remover alunos com deficiência. Dounis (2019) reforça essa ideia, defendendo que a inclusão deve ser uma prática coletiva, que envolve não apenas a escola, mas também a comunidade, pais e outros profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento desses sujeitos.

Vilaronga e Mendes (2014, p. 142) salientam que as práticas pedagógicas colaborativas podem ser fundamentais para "[...] todos os estudantes, para o crescimento profissional, para o suporte pessoal e para a melhoria na motivação para ensinar [...]", quando realmente bem implementadas.

Com base nos estudos analisados, alguns dos desafios mais comuns enfrentados na prática pedagógica colaborativa para a inclusão de sujeitos com deficiência incluem: resistência a mudanças; dificuldades na comunicação e colaboração entre os professores, intérpretes, profissionais de apoio e alunos; ausência de uma rede de apoio adequada; e formação inicial e continuada de professores.

A resistência às mudanças por parte dos profissionais da educação é recorrente em diversos estudos mencionados no Quadro 1. Esse fator é apontado como um dos principais desafios para a implementação de uma inclusão escolar

verdadeiramente eficaz, dificultando a adoção de novas práticas e estratégias inclusivas. Diante dessa perspectiva, Lima e Silva (2019, p. 14) enfatizam que “[...] as escolas e professores ainda não estão adequadamente preparados para lidar com a realidade da inclusão dessas crianças e jovens com deficiência, nas escolas comuns [...]”.

Corroborando com a afirmativa anterior, Santos e Lima (2019), citando Mantoan (2003), destacam que a escola tradicional resiste a mudanças e à inclusão devido à sua dificuldade em lidar com a complexidade e diversidade dos alunos. Esses alunos vêm de diferentes contextos culturais e sociais, e a escola tem dificuldade em adaptar suas práticas para atender a essa diversidade.

Essa resistência pode ser reforçada pelas dificuldades na comunicação e colaboração entre os professores. Um exemplo disso pode ser encontrado no estudo de Gomes (2022), que destaca as dificuldades na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para uma criança autista em uma escola da rede municipal de Maceió. Dentre os principais desafios, a pesquisa aponta a insuficiente articulação entre professores, coordenadores, terapeutas e famílias, o que impede que o PEI alcance seus objetivos de promover uma educação mais inclusiva e personalizada para os alunos.

Outro exemplo claro, pode ser identificado também no estudo de Amorim (2023), no qual a autora aborda as dificuldades na implementação de práticas colaborativas e no desenvolvimento de agência para estudantes universitários com deficiência. A resistência institucional, metodologias antiquadas, ambientes inacessíveis e discriminação também dificultam a inclusão.

Mercado (2016), apoiando-se em Nóvoa (2009), destaca uma resistência predominante às mudanças nas redes municipais de ensino, o que resulta na execução de práticas que mascaram as diretrizes educacionais. A autora aponta ainda que muitas dessas instituições resistem a proporcionar uma educação de qualidade para estudantes com deficiência, com algumas até negando matrícula a esses alunos. A justificativa frequentemente utilizada é a falta de preparo profissional para lidar com as necessidades específicas dessas pessoas.

Nesse cenário, destaca-se a importância da formação de professores como um desafio crucial para a inclusão escolar. Diante disso, dos 55 trabalhos analisados, 32 abordam, direta ou indiretamente, a formação docente, tanto inicial

quanto continuada, como um fator essencial para a implementação eficaz da inclusão nas instituições de ensino.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), “[...] a escola **capacita seus professores**, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos que apresentam necessidades especiais [...]”. Isso implica que a **Formação Continuada** de docentes é essencial para atender às mudanças sociais e incluir todos os alunos, independentemente de suas deficiências, reconhecendo-os primeiramente como pessoas e ***sujeitos de direitos***.

Segundo Santos e Lima (2019, p. 18), há uma questão significativa envolvendo a formação inicial e continuada de professores sobre educação inclusiva. Os autores observam que “[...] lidar com o diferente remete o ser humano às suas maiores frustrações e inconstâncias [...]”, destacando que muitos docentes são obrigados a trabalhar com alunos que possuem deficiências ou limitações biopsicossociais sem o preparo necessário. Isso, frequentemente, resulta em exclusão, ao invés de inclusão, no ambiente educacional.

Portanto, é essencial que a formação de professores, tanto no contexto acadêmico quanto na educação continuada, considere a pluralidade e diversidade dos estudantes. Além disso, é fundamental abordar as práticas pedagógicas de maneira ampla e diversa, reconhecendo as necessidades variadas dos sujeitos e as diferentes formas de aprendizagem, para promover uma educação inclusiva de qualidade, “[...] aceitando, respeitando e valorizando toda a pluralidade como algo natural (e fundamental) mediante ao processo de ensino-aprendizagem [...]” (Silva e Lima, 2019, p. 18-19, *apud* Grassi, 2003).

7. Considerações Finais

Ao longo deste estudo, concentramo-nos em analisar como a educação especial e inclusiva foi abordada nas produções científicas da UFAL — TCC, dissertações e teses de 2015 a 2023 - considerando diferentes gestões políticas. O intuito foi compreender o papel fundamental que a UFAL desempenha no combate à exclusão, ao capacitismo e à invisibilidade de pessoas com deficiência no ambiente

escolar. Buscou-se ainda compreender o papel dessas produções na formação de políticas e práticas de educação inclusiva, enfatizando as perspectivas dos direitos humanos.

Com a pesquisa em tela, percebeu-se como as políticas de educação especial e inclusiva no Brasil variaram sob os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, com impactos diretos no estado de Alagoas. Durante o governo Dilma (2015-2016), houve avanços com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), mas as escolas ainda enfrentavam desafios práticos para adaptar-se. No governo Temer (2016-2018), o teto de gastos reduziu investimentos, dificultando o avanço da inclusão. Sob Bolsonaro (2019-2022), o Decreto 10.502/2020 priorizou escolas especializadas, o que foi visto como um retrocesso para a inclusão em escolas regulares, no entanto, no mesmo ano o Supremo Tribunal Federal (STF) “[...] suspendeu a eficácia do referido Decreto em todo o território nacional [...]” através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6590 (Borges e Santos, 2022, p. 178). Já com Lula (2023-atual), há um esforço para retomar o modelo inclusivo em escolas regulares, com foco em formação docente e acessibilidade. O contexto de Alagoas, analisado nesse estudo, mostra que a falta de recursos e de capacitação docente continua sendo um desafio para a inclusão efetiva de pessoas com deficiência, embora haja expectativa de melhorias com o atual governo.

À vista disso, a UFAL, como a maior instituição de ensino superior gratuita de Alagoas, desempenha um papel essencial no desenvolvimento social por meio de suas produções científicas. No entanto, no que se refere à Educação Especial e Inclusiva sob a perspectiva dos direitos humanos, a instituição apresenta lacunas. Isso se reflete no fato de que, entre as produções acadêmicas defendidas no espaço temporal deste estudo e disponíveis no RI/UFAL, menos de 2% são dedicadas à educação especial e inclusiva dentro desse enfoque.

Assim, podemos inferir que essa baixa representatividade nas produções científicas dedicadas à Educação Especial e Inclusiva revela uma fragilidade na promoção de debates e pesquisas que abordem essa temática crucial. Embora a UFAL tenha um papel importante no cenário educacional, a falta de atenção a essas questões limita seu impacto na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por outro lado, é evidente que as produções científicas da UFAL contribuíram para o avanço teórico sobre a educação inclusiva, porém, há desafios na aplicação dessas teorias no cotidiano escolar. As principais dificuldades incluem a carga horária insuficiente do componente curricular de Educação Especial e Inclusiva no curso de Pedagogia, bem como a ausência dessa disciplina como obrigatória nos demais cursos de licenciatura. Além disso, há uma falta de formação continuada para os docentes que atuam na educação básica e em outras modalidades de ensino, a escassez de recursos financeiros e pedagógicos, e a carência de materiais adaptados. Também é necessário um maior alinhamento entre as políticas públicas, a realidade escolar e as produções científicas.

Diante do exposto, é necessário fomentar mais produções acadêmicas que tratem da inclusão sob a ótica dos direitos humanos, ampliando o conhecimento e as práticas que possam transformar a realidade educacional de PcD no estado de Alagoas e no Brasil.

Referencias

BORGES, Maria Creusa de Araújo; SANTOS, Heloísa Fernanda da Silva. A política nacional de educação especial e a suspensão do Decreto 10.502 pelo STF na ação direta de inconstitucionalidade nº 6590: a escola inclusiva como um direito. **Revista de Direito Brasileira**, Florianopolis, Brasil, v. 32, n. 12, p. 163–183, 2023. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2022.v32i12.7431. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/7431. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto n° 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: mec, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 02 de outubro 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: mec/cne/ceb, 2009.

CAIADO, Kátia R. M. Quando as pessoas com deficiência começam a falar: histórias de resistência e lutas. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Orgs**.). Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CALHEIROS, D. DOS S.; FUMES, N. DE L. F.. A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 2, p. 249–264, abr. 2014.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; GLAT, Rosana. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educ. Rev.**, Curitiba , n. 52, p. 257-273, jun. 2014 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 set. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, jul. 2002, p. 245-262. Disponível: https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?lang=pt.

DOUNIS, Alessandra Bonorandi. **Rede de apoio à inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral**: mediações de um processo colaborativo. 2020. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FERREIRA, Mirian Patricia de Albuquerque. **Desafios da inclusão na rede municipal de educação de Maceió**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Educação, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

GOMES, Eva Pauliana da Silva. **A Política Pública de Atendimento Educacional Especializado na Capital Alagoana (2009-2020)**. Orientador: Edna Cristina do Prado. 2024. 153 p. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2024.

GOMES, Lucineide Omena. **O Plano Educacional Individualizado como aliado no ensino de estudantes com autismo**. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

LIMA, Claudeneide Maria França de; SILVA, Flávia Maria da. **A Política de Educação Especial (PEE):** uma reflexão sob a ótica do direito à inclusão e a contribuição do serviço social. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

LIMA, Renata Souza de. **Classes hospitalares em Maceió:** entre a legislação e a invisibilidade educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

LOUREIRO, C. R. M. J.; SILVA, R. L. da. Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.8090. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8090. Acesso em: 12 abr. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E. J. Política de educação especial: considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 810–824, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11914. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11914. Acesso em: 29 set. 2024.

MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. **Identidades do professor de educação especial no contexto de Maceió-Alagoas**. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

NÓVOA, António Para una formación de profesores construida dentro de la profesión. **Revista de Educación**, Lisboa, n. 350. p. 203-218, 2009. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação inclusiva enquanto um direito humano. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. Perspectivas da escola inclusiva: algumas reflexões. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. (org). **Educação Especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003, p. 41-50.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 16, p. e8574-e8574, 2021.

SANTOS, Andrezo Correia dos; LIMA, Valquíria Nascimento. **A importância da formação humana dos professores na/para Educação Inclusiva**. 2019. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Diego Januário dos. E agora você me viu? Percursos comentados de uma pessoa com deficiência na UFAL. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios. In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação–ANPAE. Políticas Públicas e Gestão da Educação-construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. **Anais**... São Paulo–SP. 2011. p. 01-13.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1402/1499. Acesso em: 5 jul. 2024.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; FUJII, Rosangela Araujo Xavier; CORAZZA, Maria Júlia. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SILVA, Danielle Sousa da. **A dimensão subjetiva da inclusão de universitários cegos no ensino superior**. 2020. xi, 211 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, Linda Carter Souza da. Relação entre Educação em Direitos Humanos e Educação Inclusiva nas concepções e práticas de professores de um estudante cego. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G.. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, p. 139–151, jan. 2014.